

Betina Nunes de Souza

**A PERMANÊNCIA DOS CONFLITOS ENTRE COREIA DO NORTE E COREIA DO
SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza

Santa Cruz do Sul

2017

RESUMO

A Coreia do Norte, principalmente após Kim Jong Un chegar ao poder, tem se mostrado cada vez mais hostil, realizando testes nucleares e fazendo lançamentos de mísseis balísticos com mais frequência, trazendo instabilidade para a região. O presente trabalho tem como objetivo descobrir os motivos da permanência das tensões entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul que resultam na impossibilidade de assinatura de um tratado de paz efetivo e permanente, para isso foi feita uma contextualização histórica de ambos os países e de suas relações desde a divisão da Península Coreana, faz-se também uma análise das dinâmicas geopolíticas e as relações internacionais destes países, da China e dos Estados Unidos da América, que estão diretamente envolvidos na situação. Neste trabalho foi realizado uma análise a respeito do programa nuclear norte coreano, do desenvolvimento econômico sul coreano, da importância da China na Península Coreana e da Guerra da Coreia. Para a compreensão das atitudes dos países perante esta situação de instabilidade e da ameaça norte coreana, foi utilizada a teoria realista. A hipótese central do trabalho é de que com a Coreia do Norte estando disposta a manter seu programa nuclear como um instrumento de barganha por ajuda internacional e como forma de manter a soberania perante o sistema internacional, mantendo a instabilidade na região, não há a possibilidade de se estabelecer um acordo de paz definitivo.

Palavras-chave: Coreia do Norte. Coreia do Sul. Guerra da Coreia. Programa Nuclear. China.

ABSTRACT

North Korea, especially after Kim Jong Un comes to power, has been increasingly hostile, conducting nuclear tests and launching ballistic missiles more frequently, bringing instability to the region. The present study aims to find out the reasons for the permanence of the tensions between North Korea and South Korea that result in the impossibility of signing an effective and permanent peace treaty, for this purpose, a historical contextualization of both countries and their relations since the division of the Korean peninsula is made, an analysis is also made of the geopolitical dynamics and international relations of these countries, China and the United States of America, who are directly involved in the situation. This study was conducted an analysis regarding the North Korean nuclear program, South Korean economic development, the importance of China in the Korean Peninsula and the Korean War. To understand the attitudes of countries in this situation of instability and the North Korean threat, the realist theory was used. The central hypothesis of the work is that with North Korea being willing to maintain its nuclear program as a bargaining tool for international aid and as a way to maintain sovereignty before the international system, keeping the instability in the region, there is no possibility to establish a definitive peace agreement.

Keywords: North Korea. South Korea. Korean War. Nuclear Program. China.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Mapa da Península Coreana	14
Imagem 1 –	Bandeira da Coreia do Norte	22
Imagem 2 –	Brasão de armas da Coreia do Norte	23
Imagem 3 –	Bandeira da Coreia do Sul	29
Imagem 4 –	Brasão de armas da Coreia do Sul	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico.
DMZ	Zona Desmilitarizada.
EPC	Exército Popular da Coreia.
EUA	Estados Unidos da América.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
KEDO	Korean Peninsula Energy Development Organization.
MAC	Comissão de Armistício Militar.
MDL	Linha de Demarcação Militar.
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
ONG	Organização Não Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PCC	Partido Comunista da Coreia.
PDM	Partido Democrático do Milênio.
PTC	Partido Trabalhista da Coreia.
THAAD	Terminal High Altitude Area Defense.
TNP	Tratado de Não Proliferação Nuclear.
UDI	União para derrotar o Imperialismo.
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Problema de Pesquisa	9
1.2 Hipótese.....	9
1.3 Objetivos	10
1.3.1 Objetivo Geral	10
1.3.2 Objetivos Específicos	10
1.4 Justificativa	10
1.5 Metodologia	11
2 CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO	13
2.1 Península Coreana	13
2.2 Guerra da Coreia.....	18
2.3 Coreia do Norte	21
2.4 Coreia do Sul.....	29
2.5 O Realismo nas Relações Internacionais	35
2.5.1 Realismo Clássico	36
2.5.2 Realismo Neoclássico.....	37
2.5.3 Neorrealismo	38
3 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E AS DINÂMICAS GEOPOLÍTICAS ENVOLVENDO A PENÍNSULA COREANA	40
3.1 A China	40
3.2 Os Estados Unidos da América	46
3.3 As relações entre Coreia do Norte e Coreia do Sul	50
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

Durante a Segunda Guerra Mundial a península da Coreia¹, até então um único país, estava sendo ocupada e explorada pelos japoneses, porém após a rendição do Japão, a península foi dividida no paralelo 38ºN, surgindo assim dois países distintos: ao norte a República Democrática Popular da Coreia, de regime socialista e ao sul a República da Coreia, de regime capitalista. Apesar dos diversos diálogos a respeito da unificação do país, a tensão ao redor do marco divisório foi crescendo com o tempo, o que desembocou finalmente num conflito, conhecido como Guerra da Coreia, quando forças norte coreanas invadiram a metade sul, em junho de 1950. Em 1953 foi assinado um armistício entre os dois países, dando fim ao conflito armado.

Porém, nos últimos anos, a Coreia do Norte vem ameaçando todo o sistema internacional com testes de armas nucleares e mísseis balísticos, o país, também em mais de uma ocasião, declarou o fim do armistício assinado com a Coreia do Sul, dizendo assim estar disposta a “enfrentar os inimigos” do modo que for necessário. Essas ameaças ao mesmo tempo em que são muito preocupantes, também podem ser consideradas como um jogo feito pela Coreia do Norte, pois sendo um dos países mais fechados do mundo, deixa alguma dúvida sobre as suas verdadeiras capacidades nucleares.

Como a Coreia do Norte tem grande parte de sua arrecadação anual investida no exército e em armamentos e como não mantém relações econômicas e financeiras com outros países além da China, ela acaba por não conseguir suprir todas as suas necessidades, o que conseqüentemente agrava os seus problemas sociais e por isso tem uma grande dependência da ajuda da China. Decorrente desse fato, a Coreia do Norte utiliza-se das ameaças que vem fazendo nos últimos anos como forma de barganhar ajuda humanitária dos demais países.

Os regimes opostos dos dois países interferem diretamente no seu desenvolvimento, pode-se observar isso nas grandes diferenças sociais e econômicas de ambos os países. Ao contrário da Coreia do Norte, a Coreia do Sul apresenta um grande desenvolvimento socioeconômico, é um país democrático,

¹ Península coreana, península da Coreia ou apenas Coreia refere-se ao país unificado, antes de sua divisão em 1945.

moderno e industrializado. Possui boas relações com os demais países e conta com os Estados Unidos da América (EUA) como aliado político, militar e econômico.

A Coreia do Sul vem aumentando sua integração na comunidade regional asiática e também na economia global, enquanto a Coreia do Norte vem se isolando cada vez mais do cenário internacional. A Coreia do Norte investe principalmente em seus meios de defesa, especialmente na projeção de mísseis e no seu programa nuclear, tornando-se assim a principal fonte de insegurança e de ameaça regional. O país desde a divisão da península vem adotando uma política de isolacionismo no sistema internacional como uma forma de se proteger, principalmente dos EUA, e de implementar sua política de autossuficiência.

Já a Coreia do Sul criou uma imagem não ameaçadora na região, pois busca manter boas relações com os países vizinhos de forma a impulsionar sua economia através de acordos comerciais bilaterais. O país se encontra entre as principais economias do mundo, pois adota uma eficiente política de colaboração entre o governo e as grandes empresas nacionais exportadoras, porém é inferior se comparada com a Coreia do Norte em termos de poder bélico, e justamente por isso mantém acordos com os EUA para garantir a proteção de seu território e de sua população.

A expectativa de vida média desses países difere em doze anos, 70 na Coreia do Norte e 82 na Coreia do Sul, que pode ser comparada com os países europeus em relação ao seu desenvolvimento e qualidade de vida, enquanto a Coreia do Norte pode ser comparada com os países africanos.

Desde o início deste ano vemos com bastante frequência notícias a respeito da Coreia do Norte e de seu programa nuclear, pois com a eleição do novo presidente nos EUA, Donald Trump, o regime norte coreano passou a tomar uma posição mais agressiva, realizando vários testes e fazendo diversas ameaças em uma clara intensão de demonstrar poder e mostrar que não está disposto a abandonar seu programa nuclear. Essa atitude hostil da Coreia do Norte traz um cenário de instabilidade para a região e interfere na segurança regional, fazendo com que todas as atenções dos países da região estejam voltadas para si, para que assim o país possa ficar em uma melhor posição negociadora em futuros acordos a respeito de seu programa nuclear.

Devido a essas ameaças constantes que geram uma grande instabilidade na região, atualmente Coreia do Norte e Coreia do Sul estão mais próximos de um conflito do que de uma aproximação, sendo este conflito um dos poucos episódios ainda não resolvidos dos tempos da Guerra Fria.

Este estudo está dividido em duas seções principais, na primeira é feito um breve histórico da Península Coreana até a divisão e depois um histórico da Coreia do Norte e Coreia do Sul, contemplando assim o primeiro objetivo específico deste trabalho, e na segunda parte uma análise das relações internacionais e da dinâmica geopolítica da região, onde foi abrangido o segundo e o terceiro objetivo específico, de forma a contemplar o objetivo geral deste trabalho.

1.1 Problema de pesquisa

Quais motivos levam à permanência das tensões entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul?

1.2 Hipótese

Estando a Coreia do Norte disposta a manter sua política de ameaças como forma de manifestar seus interesses e de se projetar no sistema internacional, as tensões na península coreana continuarão provocando instabilidade na região. Sem uma resolução dessa situação há a impossibilidade de um acordo e a assinatura de um tratado de paz definitivo, uma vez que para isso seria necessário um ambiente estável e favorável para iniciarem-se conversações a respeito de um acordo que resolva a situação de forma efetiva.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Descobrir os motivos da permanência das tensões entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever o contexto histórico da Coreia do Norte e da Coreia do Sul para melhor compreender a relação atual desses países.
- Identificar a posição da República Popular da China e dos Estados Unidos da América em relação à situação da Península Coreana.
- Descrever a dinâmica geopolítica entre Coreia do Norte e Coreia do Sul a fim de identificar as razões que não permitem o estabelecimento de um acordo definitivo.

1.4 Justificativa

A compreensão dos conflitos internacionais é um dos principais objetos de estudo das Relações Internacionais, pois a partir disso é possível entender a origem das ações dos Estados perante os outros.

A compreensão dos motivos das tensões entre a Coreia do Sul e Coreia do Norte é bastante relevante especialmente pelo fato de a Coreia do Norte possuir um programa nuclear e fazer uso de ameaças constantes como forma de barganhar por ajuda internacional. A compreensão da situação de instabilidade na Península Coreana é de extrema importância principalmente pela possibilidade de uma guerra na região, que vem acompanhada de grandes chances da utilização de armamentos nucleares. Para que haja um acordo efetivo que resulte em uma resolução permanente da situação é essencial entender as motivações e as necessidades da Coreia do Norte, esse entendimento também se faz necessário para evitar que os conflitos aumentem e resultem em uma guerra de fato.

A questão da Península Coreana é um assunto atual e de relevância para a manutenção da segurança regional do leste asiático, com a situação de instabilidade na região há uma crescente preocupação por parte da comunidade internacional em relação aos desdobramentos da situação coreana, visto que o agravamento da situação pode vir a por em risco milhares de vidas.

1.5 Metodologia

Para responder o motivo da permanência das tensões entre Coreia do Sul e Coreia do Norte, o trabalho se utilizou do método hipotético-dedutivo, identificando as possíveis resoluções desse problema através da análise das relações entre esses Estados desde a separação da península. Assim confirmando a hipótese inicial do trabalho.

A pesquisa científica, com abordagem hipotético-dedutiva, inicia-se com a formulação de um problema e com sua descrição clara e precisa, a fim de facilitar a obtenção de um modelo simplificado e a identificação de outros conhecimentos e instrumentos relevantes ao problema. Após esse estudo preparatório, o pesquisador passa para a fase de observação, em que é observado determinado aspecto do universo, objeto de pesquisa. A fase seguinte é a formulação de hipóteses, consistentes com o que foi observado (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Como forma de estudo realizou-se uma pesquisa descritiva, através da observação, análise e interpretação das características relacionadas ao assunto, chegando assim a um resultado satisfatório no fim da pesquisa.

A pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira e nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar e comparar. A pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, assim o pesquisador não interfere no fenômeno estudado (RAUPP; BEUREN, 2006).

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado como método de meio técnico o método monográfico, onde através de um estudo detalhado e aprofundado de artigos, dissertações e outros trabalhos e pesquisas que tenham sido feitas a respeito do assunto proposto, foi obtida a resposta para o problema de pesquisa.

O método monográfico tem como princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros casos semelhantes. O processo de pesquisa visa examinar o tema selecionado de modo a observar todos os fatores que o influenciam, analisando-o em todos os seus aspectos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os principais autores consultados para a elaboração deste trabalho foram Pedro Brites (2011, 2013, 2014, 2015 e 2016²), professor e coordenador do curso de Relações Internacionais no Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), Paulo Vizentini (2012 e 2014), professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Helena Melchionna (2011 e 2014) que é mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS, todos eles possuem diversos trabalhos publicados acerca do assunto e por isso serviram como base para a pesquisa feita neste trabalho.

² Ano de publicação das obras que foram consultadas para o desenvolvimento deste trabalho.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO

Neste capítulo faz-se um breve estudo da história da península coreana a partir dos períodos anteriores à ocupação japonesa, o período da ocupação, passando pela divisão da península, a Guerra da Coreia, as tensões e as tentativas de aproximação entre Coreia do Sul e Coreia do Norte ao longo dos anos. Para que através desse estudo seja possível visualizar algumas possibilidades a respeito da situação em que se encontram esses países.

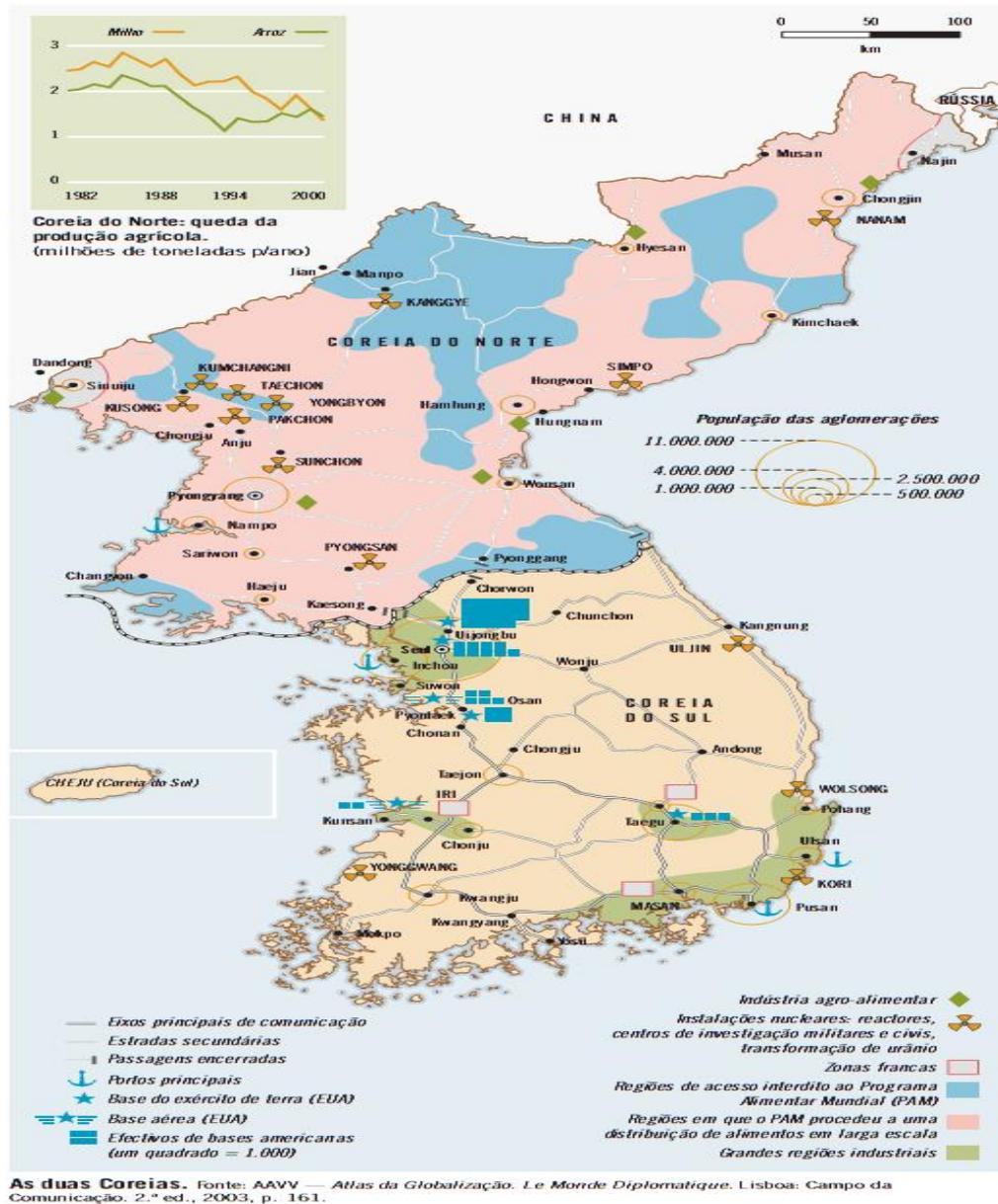
Para compreender o contexto atual da península coreana e tentar chegar a uma conclusão dos possíveis rumos que possam ser tomados é imprescindível estudar a história da península e quais os fatores que influenciam a tomada de decisão da Coreia do Sul e Coreia do Norte e as relações entre ambas.

Para que se possa vislumbrar o que pode vir a acontecer com a península coreana, um dos pontos mais relevantes a se considerar é a questão da política interna e externa desses países, em especial da Coreia do Sul. Pois com uma análise acerca das relações entre os dois países, podemos observar que o perfil do governo instalado na Coreia do Sul influencia diretamente na evolução do diálogo entre as duas Coreias (BRITES, 2011).

2.1 Península Coreana

A Península da Coreia esta dividida em dois territórios, pelo paralelo 38°N, que demarca a separação entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. Está localizada no leste da Ásia (Ásia Oriental). Possui uma longitude de 1000 quilômetros e o ponto mais estreito é de 216 quilômetros. A maior parte da península é montanhosa.

Mapa 1 - Mapa da Península Coreana



Fonte: GRESH, 2003, p. 161.

Os coreanos costumam remontar a própria história ao terceiro milênio a.C. As dinastias chinesas dos *Han* e dos *Tang* tentaram diversas vezes absorver terras da península, mas os reinos locais resistiram e, em 618, o Rei de *Silla* unificou a Coreia, que até então estava dividida em três reinos³. Até o fim da monarquia

³ Goguryeo, Baekje e Silla.

coreana, permaneceria um laço de vassalagem do monarca coreano em relação ao chefe do mundo chinês (OLIVEIRA, 1997).

A Coreia reconhecia a China como uma potência maior e mantinha um relacionamento com o país chamado de “*Sadae*”, que significa “servir o grande” em coreano, e mesmo ao se submeter às suas vontades, ela acabava por se beneficiar dessa situação (GORITO, 2010).

Porém, essa submissão era limitada, com os coreanos mantendo total autonomia na condução dos seus negócios. *Silla* foi um reino próspero e de grandes realizações culturais. Vieram depois as dinastias dos *Koryo* (918-1392) e dos *Joseon* (1392-1910). O período mais brilhante dessa longa história foi a primeira metade do século XV, sob o Rei Sejong, quarto rei da Dinastia *Joseon*⁴, quando os coreanos desenvolveram um alfabeto fonético em substituição aos ideogramas chineses (OLIVEIRA, 1997).

Durante o reinado do Rei Sejong ocorreu uma série de invasões devastadoras de manchus e japoneses, que foram repelidas, e que levaram a Coreia a ficar ainda mais voltada para si mesma. Para eliminar a influência política e econômica do Budismo, ideólogos coreanos planejaram um sistema neoconfucionista⁵, tornando assim a sociedade altamente hierarquizada e suspendendo os direitos das mulheres. A economia era decorrente principalmente dos camponeses e era complementada por um grande número de escravos. A escravidão foi abolida na Coreia somente em 1894 (OLIVEIRA, 1997).

A Coreia constitui, historicamente, parte integrante da civilização sino confuciana, tanto no plano social, filosófico e cultural, como no político. Ainda que assegurada forte identidade, unidade e continuidade histórica, a Coreia integrou, ao longo de sua evolução, o sistema chinês, na condição de Estado tributário. Mesmo que os tributos às vezes fossem considerados onerosos, a sociedade e as elites coreanas puderam usufruir de autonomia e segurança, garantido pelo “Império do Centro” (VIZENTINI; PEREIRA, 2014, p. 176).

A partir do século XIX, à medida que a China foi sendo subjugada pelas potências ocidentais, a condição de Estado tributário da Coreia foi enfraquecendo.

⁴ O Império *Joseon* foi a última dinastia da história da Coreia, durou de 1392 a 1897 e ficou conhecida como a mais longa dinastia confucionista no domínio da Coreia.

⁵ O confucionismo é um sistema filosófico criado pelo pensador chinês Confúcio (Kung-Fu-Tzu) no século VI a.C, é considerado uma doutrina, uma ética social, uma ideologia política, uma tradição literária e um modo de vida.

Esta situação tornou-se ainda mais explícita com a emergência do Japão à condição de potência, particularmente quando este país derrotou a China na Guerra de 1894-95. Coagida pelas novas circunstâncias, a elite coreana optou pela independência plena, o que configurou uma situação de fragilidade para o país, imediatamente submetido às esferas de influência imperialistas (VIZENTINI; PEREIRA, 2014).

A Península Coreana sempre foi alvo da ambição de diversos povos por exercer um papel de importância geográfica e centralidade estratégica no leste asiático, que se deve à sua localização entre economias fortalecidas e potências militares como a China, Rússia e Japão (RAMALHO, 2013).

Foi devido à posição estratégica que o Japão utilizou-se do território coreano para invadir a China e a Rússia, o que originou a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Com a vitória do Japão sobre a China, acabava um relacionamento de séculos, entre China e Coreia, baseados principalmente no envio de tributos e marcava o começo da expansão japonesa cada vez mais agressiva em direção ao continente (GORITO, 2010).

A Península Coreana foi um dos primeiros territórios asiáticos a ser ocupado pelo Japão, que em seu expansionismo imperialista, visava estender seu controle por toda a região do Pacífico, e para isso estabelecer-se na Coreia seria primordial. Além da importância econômica para o nascente imperialismo nipônico, a Coreia constituía um ponto estratégico para a expansão em direção à Sibéria e ao nordeste da China (Manchúria) (RAMALHO, 2013).

O colonialismo japonês na Coreia revestiu-se de uma peculiaridade e contradição marcantes. Ainda que oprimindo política e culturalmente os coreanos, os japoneses, através de uma expressiva modernização industrial, criaram uma sólida infraestrutura no país, sobretudo na questão do transporte e da administração, o que não foi comum na história dos colonialismos. Isto se devia à forma como a economia japonesa estava estruturada e às circunstâncias regionais, resultantes das guerras, particularmente a Segunda Guerra Mundial (VIZENTINI; PEREIRA, 2014).

De 1904 a 1905, ocorreu a Guerra Russo-Japonesa, quando o Japão disputou com a Rússia o domínio sobre a península coreana, o que resultou em um tratado de paz que decretou a prevalência japonesa sobre a península e também que o Japão tivesse influência e autonomia para proteger seus interesses na Coreia. O Japão aboliu o Império *Joseon*, bem como a relação especial da Coreia com os

demais Estados, fazendo uma alteração na estrutura política da península. O domínio japonês nunca foi visto de forma natural, sendo concebido como algo humilhante e degradante, o que instigou o surgimento de um movimento nacionalista e de repulsa à presença japonesa. Nesse contexto ascenderam os líderes que viriam a dominar a política coreana após a Segunda Guerra Mundial. No período da colonização japonesa a península já passava por uma espécie de divisão estratégica feita pelo Império Japonês, o norte foi voltado para atividades industriais e o sul para atividades agrícolas (CUMINGS, 2010).

Em 1907 - em retaliação ao envio de uma comissão coreana que foi considerada ilegítima para representar a Coreia e conseqüentemente barrada na II Conferência da Haia⁶ - o Japão estipulou que todos os cargos de alto ofício fossem preenchidos com cotas para japoneses e que coubesse unicamente ao Japão nomear e demitir oficiais. Essa situação de instabilidade veio a culminar na anexação total da Península da Coreia em 22 de agosto de 1910 como colônia do Japão (RAMALHO, 2013).

Foi somente com a rendição japonesa aos aliados, em 1945, que a Coreia adquiriu sua independência, passando então a celebrar o Dia de *Gwangbok*⁷, no dia 15 de agosto, data que coincide com a proclamação da República da Coreia de 1948 (RAMALHO, 2013).

Em 1945, houve uma grande comemoração por parte dos coreanos devido à retirada dos japoneses, porém pouco tempo depois a península é novamente alvo de interesses de outros países e sofre novamente com uma ocupação, só que agora uma ocupação de outra natureza e que iria mudar totalmente a vida dos coreanos até os dias atuais.

Após a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial, e a sua retirada da Coreia, o território passou a ser ocupado pelas forças norte-americanas e soviéticas, que acabaram por dividir a península de forma arbitrária. Sendo o paralelo 38ºN o marco divisório, o norte ficou sob a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o sul passou a ser de influência dos Estados Unidos. Essa

⁶ Convenção sobre a Resolução Pacífica de Controvérsias Internacionais (1907) realizada na cidade de Haia, nos Países Baixos.

⁷ Em coreano, *광복절* (*Gwangbok*) significa "Restauração da Luz". Este nome simboliza o fim da escuridão do controle do Japão sobre a Península Coreana.

divisão atendia ao interesse norte-americano de manter sob seu controle a capital Seul, que àquela altura era a maior cidade coreana (MALKASIAN, 2001).

A entrada desses dois países na península coreana se dá ao fato de que os EUA temiam que a URSS ocupasse todo o território coreano e o utilizasse como uma plataforma de projeção soviética, já a URSS temia que a península fosse utilizada como um caminho para o ataque de seu território (BRITES, 2011).

Em julho de 1948 foi então estabelecida na zona sul a República da Coreia, capitalista, que possuía uma constituição própria e um exército treinado e patrocinado pelos EUA, liderada por Syngman Rhee. E, ao norte, quase simultaneamente, foi estabelecida a República Popular Democrática da Coreia, liderada por Kim Il Sung. Assim institucionalizava-se a divisão sugerida pelas forças de ocupação, uma península dividida política e economicamente (BRITES, 2011).

Com uma breve análise dos principais aspectos sociais e acontecimentos históricos que induziram a península à separação, fica mais fácil a compreensão dos motivos que levaram os dois países à guerra e os desdobramentos que dela resultaram e que permanecem influenciando a vida dos coreanos até a atualidade.

2.2 Guerra da Coreia

A divisão da península coreana viria a culminar em 1950 na Guerra da Coreia que ficou conhecida por ser um dos conflitos mais violentos do século XX. Tanto Kim Il Sung quanto Syngman Rhee buscavam reunificar a Coreia sob seu regime político, porém não obtiveram êxito, o que levou ambos os governos a desistir da tentativa de convenção e iniciar reivindicações pela competência sobre a totalidade do território coreano, perpetuando assim uma série de ameaças ao longo dos dois anos entre o estabelecimento dos novos países e o início da guerra (MAGNO; PITT; BRITES, 2011).

A guerra iniciou-se no dia 25 de junho de 1950 com as forças norte coreanas invadindo o sul com ajuda da URSS. A ideia inicial era que o conflito seria baseado numa ofensiva rápida e com grandes chances de vitória já que os sul coreanos eram bem menos providos militarmente. O exército norte coreano era formado por soldados que já tinham experiência militar, pois haviam lutado na Revolução

Chinesa⁸. Com uma rápida ofensiva contra a Coreia do Sul, atravessaram o Paralelo 38°N e ao chegar a Seul, forçaram os sul-coreanos a recuar para o sul. Essa experiência surpreendeu os sul coreanos e foi decisiva para o grande sucesso do Exército Popular da Coreia (EPC) na etapa inicial da guerra (MELCHIONNA, 2014).

Um acontecimento não previsto pelos norte coreanos, no entanto, mudaria os rumos da guerra: dois dias após o início do conflito, o governo norte-americano declara guerra à Coreia do Norte. Os fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram em Incheon (cidade próxima a Seul), e, em um movimento de contraofensiva comandado pelo general estadunidense Mac Arthur, houve uma rápida dinâmica de reconquista dos territórios sul-coreanos, o que acabou forçando as tropas norte-coreanas a recuarem a fim de evitar o cerco. A partir daí, os norte-americanos e sul-coreanos fizeram um avanço significativo sobre a maior parte do território norte-coreano, o que repercutiu em uma inversão do contexto inicial da guerra e na entrada da China no conflito (CUMINGS, 2010).

Com o objetivo de conquistar o norte e reunificar a península sob a influência capitalista, os EUA abandonaram a lógica de contenção no paralelo 38°N, que haviam defendido até então. Após a conquista de Pyongyang, as tropas rapidamente avançaram em direção à montanhosa fronteira sino-coreana no rio *Yalu* (MELCHIONNA, 2014).

A retirada norte coreana em direção as montanhas na fronteira chinesa, entretanto, havia sido planejada, pois era a aplicação de estratégias dos comunistas chineses – aprendidas durante a Revolução Chinesa – que visavam atrair as tropas inimigas para o norte, enfraquecendo-as pelo grande esforço de deslocamento e aniquilá-las quando estas já estivessem fragilizadas pelo avanço (MELCHIONNA, 2014).

Com o avanço da China, os Estados Unidos ficaram em uma posição delicada. Para continuar no conflito, precisariam de mais engajamento, o que poderia ocasionar uma intervenção direta da União Soviética. Para evitar que isso ocorresse, optaram por buscar estabelecer um acordo de paz que garantisse que a península permanecesse dividida, o que serviria de justificativa para a presença norte americana na região (MALKASIAN, 2001). Para tanto passaram a empregar

⁸ A Revolução Chinesa foi um movimento político, social, econômico e cultural ocorrido na China no ano de 1911, liderada por Sun Yat-sen. Este movimento nacionalista derrubou a Dinastia *Manchu* do poder.

uma guerra limitada. Sendo o principal objetivo conquistar vitórias pontuais que permitissem um ambiente mais favorável para as negociações (BRITES, 2014).

Essa guerra limitada conduziu a um impasse. Assim, negociações de paz foram iniciadas. A Guerra da Coreia terminou em 27 de julho de 1953, com a assinatura de um armistício que estabeleceu uma linha divisória entre as duas Coreias e determinou que os dois exércitos devessem se afastar dois quilômetros dessa linha, estabelecendo assim a Zona Desmilitarizada (que persiste até os dias de hoje) que afasta as forças oponentes (BRITES, 2011).

Esse armistício não instituiu, contudo, uma demarcação adequada dos limites marinhos, nem concluiu um processo de paz — através de um tratado —, e também não resolveu nenhuma das questões que originaram a guerra (SENHORAS; FERREIRA, 2013).

Com a assinatura do armistício, surgiram alguns mecanismos para manter a trégua entre as Coreias, entre eles a Linha de Demarcação Militar (MDL), que separa oficialmente os países, a Zona Desmilitarizada (DMZ) e a Comissão de Armistício Militar (MAC), responsável por investigar e resolver violações no armistício (BRITES, 2014).

Durante a guerra foram realizados ataques aéreos a cidades, instalações industriais, vilas e construções, a fim de dificultar a reorganização norte-coreana. Os ataques se deram principalmente em hidrelétricas, causando grandes inundações. Esses ataques objetivavam gerar uma pressão política capaz de suscitar uma paz favorável aos Estados Unidos (BRITES, 2014).

A quantidade de explosivos utilizada nesse conflito superou o total de explosivos utilizados contra o Japão na Segunda Guerra Mundial (CUMINGS, 2010; MAGNO; PITT; BRITES, 2011). Além das perdas humanas, a Guerra da Coreia trouxe sérios problemas, principalmente à infraestrutura norte-coreana, e viria a comprometer sua retomada econômica no pós-guerra.

Logo após a determinação do armistício em 1953, as duas Coreias entraram em uma fase de reconstrução. A confirmação do surgimento de dois Estados distintos passou a interferir diretamente na cultura e na sociedade coreana. A identidade cultural passou a ser baseada — em cada Estado — na busca por uma trajetória totalmente oposta à do outro (BRITES, 2011).

A Guerra da Coreia foi fundamental na definição da identidade coreana, principalmente para a Coreia do Norte, que teve grande parte da infraestrutura do país destruída (CUMINGS, 2010). A guerra criou as condições necessárias para que a Coreia do Norte se firmasse como um Estado independente, com um crescente nacionalismo. À medida que a independência do país se consolidava, a autonomia nacional passa a ser o objetivo principal de sua política externa (MELCHIONNA, 2014).

As repercussões da divisão da península permanecem até os dias atuais, visto que os países se desenvolveram economicamente com padrões distintos, enquanto, politicamente, o conflito ainda persiste, já que as duas Coreias encontram-se tecnicamente em guerra, pois nenhum tratado de paz foi assinado após o conflito (SENHORAS; FERREIRA, 2013).

A Guerra da Coreia estabeleceu a política de não uso de armas nucleares e definiu as guerras regionais como o padrão de mediação entre EUA e URSS durante a Guerra Fria. A partir desse momento as guerras locais passam a ser o mecanismo de manutenção do equilíbrio internacional (BRITES, 2014).

Com o fim da guerra se estabeleceu a divisão definitiva da península coreana, fazendo com que ambos os países tomassem rumos opostos no intuito de manter a soberania sobre seu território, de defender seus interesses nacionais e de garantirem a sobrevivência de sua respectiva ideologia política.

2.3 Coreia do Norte

Oficialmente República Popular Democrática da Coreia, localiza-se no sudeste asiático, banhado pelo Oceano Pacífico, localizado na porção norte da Península da Coreia. Possui uma área de 120.538 km², sua capital é Pyongyang e a população total de país é de 25 milhões de habitantes. Seus limites geográficos são ao norte, China e Rússia; ao sul, Coreia do Sul; a oeste, Baía da Coreia; e a leste, Mar do Japão. A organização do governo é um regime de partido único e um órgão supremo (Assembleia Suprema do Povo). A divisão administrativa consiste em 9 províncias e 2 cidades. O atual Chefe de Estado é o presidente da Comissão de Defesa Nacional, Kim Jong Un (desde 2011) e o Primeiro-Ministro é Hong Song Nam (desde 1997). Partido: Trabalhista da Coreia (PTC). Legislativo: unicameral –

Assembleia Suprema do Povo, com 687 membros. Constituição: 1972. Integra a Organização das Nações Unidas (ONU) desde 17 de setembro de 1991 (MENDE, 2011a).

Imagem 1 – Bandeira da Coreia do Norte



Fonte: RYAN *et al.*, 2005, p. 219.

A bandeira norte coreana foi adotada oficialmente em 9 de setembro de 1948, quando a Coreia do Norte se tornou um país socialista independente. A bandeira possui as cores azul, vermelho e branco. O regime manteve essas cores⁹ – com mais ênfase ao vermelho – e adicionou uma estrela vermelha em um disco branco. A faixa vermelha expressa tradições revolucionárias, enquanto a estrela vermelha representa o comunismo, as duas listras azuis representam soberania, paz e amizade e as listras brancas representam a pureza (RYAN *et al.*, 2005).

⁹ Essas cores se encontram na bandeira oficial da Coreia antes da separação, que foi adotada pela Coreia do Sul em 1948.

Imagem 2 – Brasão de armas da Coreia do Norte



Fonte: RYAN *et al.*, 2005, p. 219.

O brasão de armas da Coreia do Norte possui a estrela vermelha do comunismo no topo, sobre o pico de *Paektu*, a montanha sagrada da revolução, uma usina hidrelétrica, uma barragem e uma torre de eletricidade dentro de uma grinalda formada por duas espigas de arroz. Na parte inferior do brasão consta o nome oficial do país em *hangul*¹⁰ (RYAN *et al.*, 2005).

Na Coreia do Norte, no pós-guerra, da necessidade de se garantir a independência em todos os aspectos (diante de adversários e aliados) emergiu a doutrina *Zuche*. Criada por Kim Il Sung¹¹ e desenvolvido por este e seu filho, Kim Jong Il¹², é um complexo sistema ideológico doutrinário que compõe a base política da Coreia do Norte e tem como principal peculiaridade o fato de alegar ser uma superação do Marxismo, adequando-o principalmente às necessidades próprias da Revolução Coreana. O núcleo central dessa doutrina está baseado na independência política, autossustentação econômica e capacidade de defender-se militarmente e serve como embasamento político para as ações do próprio governo. No período do pós-guerra, a Coreia do Norte formalizava e aumentava os laços de cooperação com os seus principais aliados: a URSS e a China. A preocupação do governo norte coreano devia-se à busca pela sobrevivência do seu país e do seu regime (SCOBELL, 2005).

¹⁰ República Popular Democrática da Coreia, 조선민주주의인민공화국 (*Chosŏn Minjujuŭi Inmin Konghwaguk*). *Hangul* é o nome dado ao sistema de escrita coreano.

¹¹ Governou a Coreia do Norte desde a fundação do país em 1948 até seu falecimento em 1994.

¹² Foi o sucessor de seu pai Kim Il Sung, governou a Coreia do Norte de 1994 até seu falecimento em 2011.

A rivalidade sino-soviética contribuiu, em grande medida, para a afirmação do conceito *Zuche* na Coreia do Norte, que apesar de enfatizar a autoconfiança, independência e de contar com as próprias forças, demandava apoio chinês e soviético para a segurança do norte, considerando-se a tensão existente na península, a existência de tropas americanas e armas nucleares no sul. Assim, Kim Il Sung foi bastante hábil ao criar um espaço com razoável margem de manobra entre Moscou e Beijing, alterando a ênfase de sua aliança em cada conjuntura, e garantindo a maior autonomia possível, o que implicava num regime fechado ao exterior, criando-se espaço para o culto à personalidade do líder e ao clã familiar (CUMINGS, 2010).

Kim Jong Il afirmava que o papel do partido e do líder seria o de conduzir as massas. No *Zuche*, o “Grande Líder” aparece como maximização da própria nação. Assim, os coreanos entendem a sociedade como uma grande família, o que atesta a influência exercida pelo confucionismo no pensamento político norte-coreano contemporâneo (GROSSI, 2015).

Dessa forma, o *Zuche* se desenvolve a partir de um princípio primordial: garantir a soberania coreana. Estabelece também as bases para o nacionalismo norte coreano, a perspectiva de não submissão aos interesses externos e que as tradições nacionais devem ser conhecidas e valorizadas pela população (GROSSI, 2015).

Dessa maneira fica visível a grande influência do confucionismo na população coreana, pois é através dele que a Coreia herdou os princípios mais marcantes da sociedade, como por exemplo, valores como a moderação, a disciplina, a concentração, o profundo respeito dos jovens aos mais velhos e a densa observação dos ritos e hierarquias (SILVA, 2016).

Com o grande descontentamento da população coreana em relação à colonização japonesa, surgem os grupos de oposição, e entre eles, em 1926, a União para Derrotar o Imperialismo (UDI) de Kim Il Sung, que na década de 1930 já era visto pelas forças japonesas como uma das principais lideranças coreanas. Kim, que havia se exilado na URSS, entra na península coreana no final da Segunda Guerra Mundial, como um membro do Exército Vermelho (GROSSI, 2015).

Em 1945, os comunistas fundam o novo Partido Comunista da Coreia (PCC), no qual a figura de Kim Il Sung acaba por prevalecer como principal liderança. No

ano seguinte, nasce o Partido do Trabalho da Coreia, entidade que até os dias de hoje dirige a Coreia do Norte. Nos anos seguintes, a revolução avança, o país realiza uma reforma agrária e grandes indústrias são nacionalizadas (GROSSI, 2015).

A recuperação da Coreia do Norte no pós-guerra se deu com ajuda técnica e financeira da URSS e da China, mas foram os norte-coreanos que arcaram com o esforço humano, o que deu à população um sentimento de autoestima e de proximidade com o regime. Foi necessário socializar completamente a economia e associá-la às economias dos países socialistas. E devido à terrível destruição econômica e social da guerra, a transição para uma economia socialista ocorreu sem grandes tensões (VIZENTINI; PEREIRA, 2014).

Após a Guerra da Coreia (1950-1953) a parte norte acabou completamente destruída: cidades, pontes, represas e sistemas de irrigação, minas, fazendas, estradas e ferrovias. Diante da situação, a agricultura foi coletivizada e fizeram-se altos investimentos na indústria pesada. Com a grande mobilização do povo coreano, o socialismo deu resultados (GROSSI, 2015).

Em 1991, com o fim da URSS, a Coreia do Norte perdeu um dos seus maiores parceiros estratégicos e patrocinadores, o que representou um obstáculo considerável à economia norte coreana. O colapso da URSS levou o país a tentar normalizar as relações com os EUA, buscar uma coexistência pacífica com a Coreia do Sul e introduzir reformas de mercado (CUMINGS, 2010).

Apesar de o programa nuclear norte-coreano existir desde a década de 1960, foi a partir dos primeiros movimentos Pós-Guerra Fria que se considerou sua relevância, entrando assim definitivamente na pauta de segurança regional. Nesse período nota-se um maior isolamento do país, a partir da retomada de relações diplomáticas da Rússia e da China com a Coreia do Sul. Assim, a Coreia do Norte optou por acelerar sua capacidade nuclear e instrumentalizar seus recursos nucleares como fator de negociação para garantir a segurança do regime norte-coreano, ao mesmo tempo em que garantia suprimento de alimentos, utilizando, dessa forma, o seu desenvolvimento nuclear para conseguir ajuda internacional (OLIVEIRA, 2004).

Dos problemas provenientes da nuclearização da Coreia do Norte, pode-se citar o aumento da insegurança na região e a possível nuclearização dos países que

se sentem diretamente ameaçados, o que poderia resultar em conflitos convencionais ou nucleares. Há também uma preocupação de que, devido aos problemas econômico-financeiros enfrentados pelo país, que possui acesso à tecnologia nuclear, ele venha a se sentir tentado a vendê-las tanto a Estados como a organizações terroristas para obter recompensas financeiras (FERNANDES, 2013).

Após a morte de Kim Il Sung, em julho de 1994, ocorreu a assinatura do Acordo-Quadro entre Estados Unidos e Coreia do Norte. A partir desse acordo, a Coreia do Norte concordava em congelar e desmontar seu programa nuclear e respeitar as imposições do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) ao substituir seus reatores nucleares por reatores de água leve¹³, a serem construídos pela *Korean Peninsula Energy Development Organization* (KEDO) (OLIVEIRA, 2004).

A nova política externa norte-americana anunciada em junho de 2001 pelo então presidente dos EUA, George W. Bush que defendia a expansão dos valores políticos norte-americanos, em especial a democracia, mostra-se mais severa, em função da persistência de algumas questões consideradas geradoras de instabilidade, como a incerteza sobre as proporções do programa nuclear da Coreia do Norte e a falta de um tratado formal de paz finalizando a Guerra da Coreia (OLIVEIRA, 2004).

Após o ataque de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos pressionaram de forma mais incisiva o regime norte coreano, chegando a fazer incentivos econômicos como um mecanismo para impedir que a Coreia do Norte se tornasse uma potência nuclear. Com a política de combate ao terrorismo, a percepção de que o país poderia ser um fator de instabilidade é ampliada, principalmente pela desconfiança de que o governo norte-coreano poderia ser um fornecedor de armas para grupos terroristas, culminando com as declarações, em janeiro de 2002, de que Coreia do Norte, em conjunto com Iraque e Irã, consistiriam no Eixo do Mal (OLIVEIRA, 2004).

Com essa nova política norte-americana que tratava a situação da península coreana com descaso, houve a necessidade por parte dos norte-coreanos de chamar a atenção pra si e seus problemas internos e a maneira que o país encontrou foi com a realização de testes militares e uma política mais ofensiva, o que também significou o fim do armistício instituído ao final da Guerra da Coreia. O

¹³ O reator de água leve é um tipo de reator térmico que usa água como refrigerante e moderador de nêutron (água, H₂O), sendo o tipo mais comum de reator térmico.

armistício também foi rompido pelos sul-coreanos que, por sua vez, realizaram testes militares em resposta às provocações da Coreia do Norte (BRITES, 2011).

A Coreia do Norte, aparentemente, está conseguindo reverter sua posição de fragilidade após a desintegração da União Soviética, ao pressionar por uma reorientação do sistema de segurança no leste asiático, implicando uma redução do poder sul-coreano. Na visão norte-coreana, após um teste nuclear ou de míssil de longo alcance, o país poderá estar em uma melhor posição negociadora, pois as armas nucleares oferecem a garantia de que não será econômica ou politicamente ignorado pelos países da região e pelos EUA.

O programa nuclear norte-coreano é tido como essencial para o país. Uma das principais vantagens que o país obtém a partir dele é a ajuda internacional em termos econômicos e humanitários, principalmente de países que temem um aumento das tensões na região. O programa também serve como forma de legitimar o regime comunista internamente, já que o desenvolvimento do programa nuclear conta com a aprovação da população do país, que mantém uma vívida memória da violência sofrida durante a Guerra da Coreia e também dos anos em que o país foi uma colônia japonesa. A barganha nuclear e o poder militar permitem à Coreia do Norte modificar as relações estratégicas das potências na região a seu favor e também garantir vantagens contra uma possível ofensiva vinda da Coreia do Sul e dos EUA. Desse modo, o programa nuclear é fundamental para que o regime consiga autonomia política, econômica e principalmente securitária (PEREIRA; GEIGER, 2017).

Outro ganho que advém do programa nuclear é o reconhecimento e a relevância do país no sistema internacional. A ameaça militar que o país representa faz com que ele fique no centro das políticas que os demais países adotam na região, pois esse aumento da importância estratégica não seria possível por outros meios visto o tamanho territorial do país e de sua economia altamente isolada e pouco desenvolvida (BRITES, 2016).

Entretanto, o programa nuclear também apresenta grandes desvantagens para o país, pois sendo um risco à segurança regional e internacional acaba por tornar-se também um risco ao país, uma vez que um conflito armado traria grandes perdas humanas e uma devastação territorial comparada à sofrida durante a Guerra da Coreia. Também é em função dos testes militares e da ameaça nuclear que o

país representa que resultam as diversas sanções impostas pela ONU, que tem um grande impacto na economia do país e no bem estar da população, uma vez que o país fica impossibilitado de exportar sua produção doméstica e de importar bens necessários (MARTINEZ; MARTINS, 2016).

Podemos concluir que as vantagens apresentadas pelo programa nuclear são superiores às desvantagens, as quais o país vem suportando ao longo dos anos, e somado a isso a queda dos regimes do Iraque (2003), da Líbia (2011) e da Síria (2011) reforça a ideia de que o encerramento do programa nuclear tornaria o país mais vulnerável a invasões norte-americanas e conseqüentemente à queda do regime atuante no país. A Coreia do Norte também vê nos acordos estabelecidos pelos EUA com Cuba e com o Irã um exemplo a ser seguido, pois visa obter um espaço para negociações com os norte-americanos, semelhante ao que ocorreu com esses países (BRITES, 2016).

Os mais recentes testes militares realizados pela Coreia do Norte demonstram que o país tem seguido firmemente em direção à modernização e aumento de suas capacidades bélicas, o que indica que o país não está disposto a abrir mão de seu programa nuclear e pretende manter a política *brinkmanship*¹⁴ que vem adotando nas últimas décadas.

Estes recentes testes militares evidenciam que o país está em busca de uma modernização de sua capacidade de dissuasão, não estando por isso disposto a abandonar seu programa nuclear no curto prazo. Com sua política de *brinkmanship*, o país está tentando deixar a situação na península no limite entre a instabilidade e um conflito armado direto, de maneira a poder lograr o máximo possível em futuras negociações com EUA e Coreia do Sul. É possível notar que o país tende a se mostrar mais agressivo às vésperas de um momento político decisivo tanto na Coreia do Sul como nos EUA, o que ficou bastante evidenciado com a eleição do novo presidente dos EUA, Donald Trump, no início deste ano, quando o país aumentou significativamente a realização de testes de maneira a chamar a atenção de Trump para a necessidade de negociações na península, buscando, através da demonstração de poder, conseguir um acordo bastante favorável ao regime norte-coreano (PEREIRA; GEIGER, 2017).

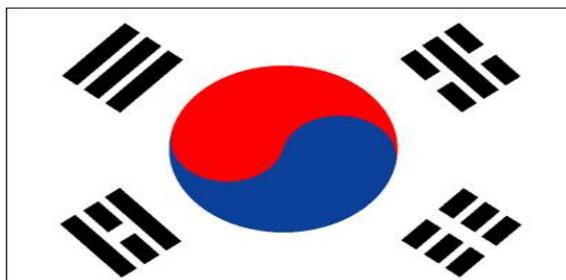
¹⁴ O *brinkmanship* é a prática de forçar alguns eventos perigosos até o limite máximo do desastre com o objetivo de obter as máximas vantagens possíveis.

A crescente modernização militar do regime norte coreano e as previsões da continuidade da instabilidade na região desafiam o equilíbrio regional e fazem com que as potências regionais repensem sobre suas políticas externas em relação ao país, provando que a Coreia do Norte, desta maneira, está avançando em seus objetivos estratégicos na região (PEREIRA; GEIGER, 2017).

2.4 Coreia do Sul

Oficialmente República da Coreia, localiza-se no sudeste asiático, é banhado pelo Oceano Pacífico, localizado na porção meridional da Península da Coreia. Limita-se com a Coreia do Norte ao norte, com o Mar Amarelo a oeste, com o Mar do Japão a leste e com o Estreito da Coreia ao sul. O topônimo Coreia deriva-se de *Koryo*, “alto e belo”, nome da dinastia que governou o país de 918 até 1392. Possui uma área de 99.237 km², sua capital é Seul e a população total do país é de 50 milhões de habitantes. A organização do governo é república com forma mista de governo. A divisão administrativa consiste em 9 províncias e 6 cidades especiais. Os partidos atuantes no país são Grande Nacional, Democrático do Milênio (PDM) e Democratas Liberais Unidos. Legislativo: unicameral – Assembleia Nacional, com 299 membros. Constituição: 1988. No âmbito das relações exteriores faz parte das seguintes organizações: Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização das Nações Unidas (MENDE, 2011b).

Imagem 3 - Bandeira da Coreia do Sul



Fonte: RYAN *et al.*, 2005, p. 220.

A bandeira sul-coreana foi adotada oficialmente em 8 de setembro de 1948. A bandeira utilizada pela Coreia antes de 1910 apresentava as tradicionais cores: vermelho, branco e azul. Quando a Coreia do Sul se separou do norte em 1948, a bandeira original foi mantida, mas algumas alterações foram feitas.

No centro da bandeira há um disco contendo uma linha em forma de S, sendo a metade superior vermelha e a metade inferior azul, o que deriva do símbolo oriental do yin-yang, que representa a harmonia dos opostos na natureza. Yin é representado pela cor azul e yang pela cor vermelha. A outra alteração à bandeira original em 1948 foram os trigramas¹⁵ que cercam o yin-yang, que foram reduzidos de oito para quatro, simbolizando as quatro polaridades: céu (canto superior, lado esquerdo), água (canto superior, lado direito), fogo (canto inferior, lado esquerdo) e terra (canto inferior, lado direito). O fundo branco da bandeira representa a paz e a roupa tradicional branca usada pelos coreanos (RYAN *et al.*, 2005).

Imagem 4 – Brasão de Armas da Coreia do Sul



Fonte: RYAN *et al.*, 2005, p. 220.

No brasão de armas sul-coreano há a mesma representação do yin-yang presente na bandeira, que é circundada por cinco pétalas da rosa-de-saron, flor nacional da Coreia do Sul e que está envolta por uma fita com o nome oficial do país em *hangul*¹⁶ (RYAN *et al.*, 2005).

¹⁵ Os trigramas são desenhos que correspondem às oito possibilidades de combinação de yin-yang em três linhas.

¹⁶ A República da Coreia, *대한민국* (Daehan Minguk).

No pós-guerra a Coreia do Sul se aliou aos EUA com o objetivo de garantir estabilidade e diminuir a chance de que um governo fragilizado fosse derrubado por forças internas ou pudesse ser atacado pelo vizinho do norte (LEE, 2006).

Entre os fatores que contribuíram para a recuperação da Coreia do Sul no pós-guerra, os aspectos históricos e culturais são de grande importância. O exemplo disso é o caso da homogeneidade da cultura, que é primordial para a construção de uma identidade nacional e também do espírito nacionalista coreano. O confucionismo molda o caráter nacional com seus valores tradicionais, dele derivam os princípios de respeito à autoridade, o respeito aos mais velhos, a disciplina individual, dedicação ao trabalho e também à aceitação de regimes autoritários, independente de eles serem justos ou não (CASTRO, 2014).

Na Coreia do Sul o desenvolvimento econômico vem sempre em primeiro plano, é a prioridade dos governantes. Para isso o governo utiliza-se, como um instrumento de mobilização nacional na busca do crescimento econômico, da tensão política com a Coreia do Norte (CASTRO, 2014).

Observa-se mais uma vez a contribuição do confucionismo na economia coreana, uma vez que alguns princípios são de grande influência para os homens de negócios sul-coreanos, como por exemplo, a ênfase na hierarquia rígida, a responsabilidade no trato dos subalternos, a frágil separação entre o mundo do trabalho e a vida privada. Todos esses fatores foram importantes à consolidação do moderno capitalismo industrial asiático (SILVA, 2016).

O desenvolvimento industrial do país em bases modernas se deu com o auxílio dos Estados Unidos, que entrou com capitais e tomou iniciativas em direção ao desenvolvimento capitalista no país. Para os EUA havia a necessidade de criar modelos que demonstrassem a superioridade do sistema de mercado e de defender seus interesses geopolíticos na região (CASTRO, 2014).

Com o fim da Guerra da Coreia o país tinha sua economia em frangalhos e uma liderança política limitada. Entre as décadas de 1960 e 1970, período inicial da arrancada econômica sul-coreana, o acesso preferencial ao mercado americano foi uma pré-condição essencial para a estratégia de desenvolvimento baseada nas exportações (GORITO, 2010).

Assim como o Japão, a Coreia do Sul construiu um modelo econômico marcado por um governo intervencionista e uma organização empresarial não

convencional. Estabeleceu-se uma forte relação entre o Estado e os grandes grupos empresariais. O Estado, através de incentivos e sanções, encaminhou a indústria para que esta fosse robusta e competitiva. E com o controle do sistema financeiro, foi capaz de promover os setores considerados estratégicos (GUIMARÃES, 2010).

O deslanche das exportações na Coreia do Sul através da indústria têxtil está associado ao padrão de desigualdade de gênero, havendo assim uma super oferta de mão de obra feminina barata que constituiu um importante ativo à acumulação capitalista (SILVA, 2016).

Os grandes grupos empresariais, conhecidos como *chaebols*, se organizam em uma estrutura de conglomerados e atuam em diversos setores. Iniciaram com a fabricação de produtos simples e ao longo dos anos foram evoluindo para os setores de indústria pesada e química, com isso cresceram a taxas altas e passaram a investir nos setores de máquinas, ferramentas, naval e automobilística. E a partir dos anos 1980, o setor eletrônico passou a ser o setor principal de atuação dos *chaebols* (GUIMARÃES, 2010).

O sucesso dos *chaebols* pode ser em parte explicado devido a estes apresentarem algumas vantagens competitivas importantes, como a capacitação intensiva em diversos ramos da indústria, as competências domésticas que não dependem do capital estrangeiro, as empresas líderes de mercado serem multinacionais com um grande foco nas exportações e a influência do governo que impulsionou o crescimento do setor através de políticas e medidas administrativas (SCHWARTZ, 2002).

Os *chaebols* foram os propulsores do rápido desenvolvimento sul coreano. Com uma grande capacidade financeira, os conglomerados passaram a adquirir aprendizado tecnológico e com o aumento da capacidade de enfrentar a competição internacional propiciaram um processo de industrialização que dispensou o capital estrangeiro. Esses grupos empresariais eram responsáveis por uma grande parcela da produção e das vendas do país, fazendo com que a economia sul coreana passasse a ser marcada por um forte grau de concentração (GUIMARÃES, 2010).

Apesar do grande crescimento dos *chaebols*, em 1997 estourou uma crise que afetou em grande escala a economia da Coreia do Sul. Na relação Estado-empresas havia uma deficiência no que diz respeito à capacidade de regulamentação; não havendo agências regulatórias, as relações estavam sujeitas a

regras informais e discricionárias. O sistema financeiro apresentava sérias fragilidades, dada à falta de uma estrutura de regulação adequada e a ausência de bons critérios de avaliação de risco (GUIMARÃES, 2010).

Com a violência da crise ficou inevitável recorrer ao FMI e a Coreia do Sul fez um empréstimo de 60 bilhões de dólares, o que ficou conhecido posteriormente como “A crise do FMI”. Com a pressão exercida pelo FMI após o empréstimo, o então presidente, Kim Dae Jung adotou uma política para diminuir a concentração de poder dos *chaebols*. Ao mesmo tempo em que dotava o Estado de suficiente autonomia e autoridade com a finalidade de impor as reformas ao empresariado e aos trabalhadores (OLIVEIRA, 2002).

A crise de 1997 se deve, em parte, a essas contradições e dificuldades internas do modelo econômico, principalmente aos problemas de regulação, às dificuldades em reformar os *chaebols* e modificar suas relações com o sistema financeiro (GUIMARÃES, 2010).

Para escapar da crise, a Coreia do Sul implementou uma série de reformas para a recuperação econômica do país. As reformas visavam o fortalecimento do sistema financeiro, a criação de agências regulatórias e amenizar a relação arbitrária entre o governo e os grupos empresariais. O sucesso na implementação das reformas foi resultado de uma estrutura institucional que dava grande força ao Executivo e da capacidade de ação da burocracia. O êxito foi também afetado pelas características do presidente eleito em 1997, Kim Dae Jung, detentor de apoio político e de legitimidade para adotar as medidas necessárias (GUIMARÃES, 2010).

Assim como a Coreia do Norte, a Coreia do Sul tenta se projetar no sistema internacional, visando tornar-se uma potência regional assim como os países vizinhos. Para isso, busca uma modernização tecnológica que possa conferir uma maior competitividade no cenário internacional. Essa estratégia tem o objetivo de evitar o esmagamento pelo panorama regional dominado por grandes potências (PEREIRA; GEIGER, 2017).

A Coreia do Sul passa por um dilema interno, pois no país há uma ala conservadora que deseja a permanência dos vínculos militares com os EUA como meio de se proteger das ameaças do norte, e outra ala mais liberal que deseja que o país tenha mais autonomia nacional de forma a diminuir a dependência dos EUA, sendo esta última muito mais expressiva que a primeira. Devido a essa necessidade

de aumentar a autonomia do país, a Coreia do Sul busca melhorar as relações com a Coreia do Norte, pois somente uma situação estável possibilitaria uma diminuição das forças militares norte-americanas na região, visto que faltaria legitimidade para a permanência delas no país e isso abriria espaço para o desenvolvimento da política mais independente que o país almeja (BRITES, 2014).

Cabe destacar que a Coreia do Sul, assim como a Coreia do Norte, passa por restrições energéticas e por isso precisaria cessar com as tensões com o vizinho a fim de construir uma infraestrutura energética entre os dois países de forma a suprir as necessidades energéticas de ambos os lados a um custo baixo, que fique acessível aos dois países (BRITES, 2013).

Neste sentido é possível observar que é mais vantajoso para a Coreia do Sul buscar um melhor entendimento com a Coreia do Norte de maneira a encerrar a situação de instabilidade pela qual a região está passando, dessa forma o país busca evitar um confronto direto com o país vizinho, pois isso implicaria altos custos financeiros e humanos, os quais o país não está disposto a pagar. Com base nos acordos passados celebrados pelos dois países, em especial os do setor econômico, a Coreia do Sul tem consciência de que a Coreia do Norte está disposta a celebrar novos acordos, nesse caso o grande volume de mão-de-obra de baixo custo vindo do país socialista pode ser decisivo para o aumento da competitividade de empresas sul coreanas no sistema internacional, e para que isso seja possível se faz necessário um abrandamento das tensões entre os dois países (BRITES, 2014).

Porém, com a crescente instabilidade na região, em 2016 EUA e Coreia do Sul fecharam um acordo para implementar o avançado sistema antimísseis *Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD)¹⁷ para confrontar os desafios que impõe o programa nuclear norte coreano à região. Isto gerou uma grande insatisfação por parte da China e acabou por gerar ainda mais tensão na região, pois em resposta a Coreia do Norte realizou mais um teste nuclear considerado por especialistas o mais forte já feito pelo país (MARTINEZ; MARTINS, 2016).

Com a atual situação da península, em que a instabilidade está cada vez mais presente, e com a Coreia do Norte fazendo testes militares mais potentes e com mais frequência, a Coreia do Sul enfrenta outro dilema interno, uma vez que com

¹⁷ O THAAD é capaz de interceptar mísseis de curto e médio-alcance na fase terminal de seu voo.

essa situação não pode abandonar a sua aliança com os EUA e a instalação do THAAD, ao mesmo tempo em que não pode correr o risco de com essa decisão afetar suas relações com a China, que se mostrou bastante contrária à instalação do sistema antimíssil, em especial porque a parceria econômica com a China é de grande importância para o país que vem passando por uma desaceleração econômica nos últimos anos (BRITES, 2016).

2.5 O Realismo nas Relações Internacionais

O Realismo possui algumas premissas básicas que servem como base para a compreensão das ações dos Estados perante o sistema internacional. Algumas delas são: uma visão pessimista da natureza humana, já que o homem é por natureza egoísta e procura a sua própria sobrevivência acima de tudo, o sistema internacional é caracterizado por relações conflituosas e estes conflitos são resolvidos por meio de guerra; a busca pela segurança regional e a sobrevivência estatal; e que não há um progresso no sistema internacional comparável ao que ocorre com a política nacional dos Estados (JACKSON; SORENSEN, 2007).

No realismo o objetivo, os meios e os usos do poder são uma preocupação essencial da atividade política. A política internacional é retratada como uma “política de poder”. A conduta da política externa é uma atividade instrumental com base no cálculo inteligente do poder e do próprio interesse contra o poder e o interesse de seus rivais e competidores (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 147).

Para os realistas, a segurança nacional é a questão de maior importância na agenda de política externa de qualquer Estado. O interesse nacional é definido de acordo com o poder de cada Estado e é através dele que o país irá garantir sua soberania e a segurança de sua população frente ao sistema internacional anárquico (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Para garantir a segurança nacional e a sobrevivência do Estado soberano, os países buscam aumentar seu poder, principalmente o poderio político-militar e econômico, para que possam se projetar no sistema internacional e serem influenciados minimamente por outros Estados. Alguns países podem também, para atingir esse objetivo, tentar influenciar os demais países, em especial os que estão geograficamente próximos de seu território (GARCIA, 2010).

O realismo percebe o sistema internacional como anárquico, e o principal ator internacional é o Estado, pois as relações internacionais são executadas entre Estados, sendo os outros atores como organizações internacionais, Organizações Não Governamentais (ONGs), entre outros, pouco relevantes. Apesar da existência de um Direito Internacional, os Estados são soberanos e não há nada superior a isso, de modo que cada Estado não se submeterá a nada que vá de encontro com a sua própria autoridade e soberania (HERZ, 1997).

Os realistas afirmam que, apesar de os Estados serem juridicamente idênticos e terem direitos iguais de pronunciar-se perante o concerto das nações, na prática, a capacidade de exercerem sua soberania varia consideravelmente. Os Estados são distintos uns dos outros quanto à grandeza territorial, populações, localização geográfica, capacidade militar, nível de desenvolvimento, recursos econômicos e capacidade de exploração desses recursos. É exatamente em virtude dessas diferenças que os Estados terão maior ou menor influência no sistema internacional e buscarão formas de defender seus interesses (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 326).

Sendo a segurança nacional o principal objetivo dos Estados, a maioria dispõe de forças armadas para garantir sua própria defesa, porém os realistas afirmam que alguns Estados encontram outras maneiras de se protegerem optando por firmar alianças políticas ou militares com outros países ou participando de sistemas de segurança coletiva (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

A expansão de poder (territorial, econômica, política e militar) dos Estados é justificada para manutenção de seu *status quo*, o que apresenta uma ambiguidade, uma vez que é necessário expandir e crescer para manter a situação original de poder (GARCIA, 2010, p. 157).

2.5.1 Realismo Clássico

O principal pressuposto do Realismo Clássico é a segurança nacional e algumas premissas da teoria são a sobrevivência do Estado no sistema internacional, que é por natureza anárquico, uma vez que Estados soberanos lutam entre si para alcançar seus objetivos e o conceito de autoajuda em sentido amplo por meio da manutenção do Estado e a conservação do seu poder (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Tucídides: introduz os princípios do equilíbrio de poder: os Estados não são iguais em poder, sendo assim possuem diferentes capacidades de se defenderem,

por isso os Estados devem se adaptar a essa realidade de poder desigual e agir de acordo com a sua estrutura de poder, de modo a encontrar a melhor maneira de sobreviver e de manter a segurança nacional. Para Tucídides, as relações internacionais são vistas como uma anarquia de Estados distintos, que devem agir de acordo com os princípios e as práticas da política de poder (JACKSON; SORENSEN, 2007).

Maquiavel: o principal valor político é a soberania nacional, a independência e a liberdade dos Estados em tomar suas próprias decisões, para isso os governantes, que devem controlar suas unidades políticas, precisam buscar obter as máximas vantagens possíveis e defender os interesses do Estado, de modo a garantir sua sobrevivência (JACKSON; SORENSEN, 2007).

Thomas Hobbes: utiliza o conceito de “dilema de segurança” para explicar a política mundial, pois a segurança nacional viabilizada através de um Estado é acompanhada pela condição de insegurança internacional devido à anarquia do sistema internacional. De acordo com Hobbes, os Estados são capazes de celebrar acordos entre si, para que suas relações sejam regidas por uma base legal comum entre eles. O Direito Internacional é uma criação dos Estados e serve como uma forma de favorecer a segurança e a sobrevivência dos Estados, caso contrarie os interesses estatais, a lei será ignorada (JACKSON; SORENSEN, 2007).

2.5.2 Realismo Neoclássico

O principal autor do realismo neoclássico é Hans Morgenthau, e segundo ele, em sua obra “A política entre as Nações” de 1948, a essência da política é o conhecimento da diferença entre a ética política e a ética privada, e que a prática política efetiva e responsável é feita a partir do reconhecimento das características da política de poder, para que através disso os governantes façam o melhor uso possível dessa política em prol dos interesses do Estado (JACKSON; SORENSEN, 2007).

São seis princípios do realismo político, segundo Morgenthau (1948): 1) a política se baseia em leis objetivas que são criações de uma natureza humana caracterizada pelo egoísmo, autoapreço e autointeresse; 2) a política é “uma esfera autônoma de ação” e não pode, portanto, ser reduzida à economia ou à moral. Os

interesses dos Estados não são governados por influências morais, mas condicionados pela busca racional dos ganhos e perdas na política externa; 3) a política é o palco para a expressão dos interesses estatais (segurança e sobrevivência), que estão propensos a entrar em conflito em algum momento. As relações entre as nações são definidas em termos de poder; 4) a ética das relações internacionais é uma ética política ou circunstancial, que é muito diferente da moralidade privada. As influências da moral e da ética podem ser usadas como mecanismos de justificação e legitimação da ação dos Estados; 5) os realistas se opõem à ideia de que nações particulares possam impor suas ideologias sobre outros países e empregar seus poderes em estratégias com tais objetivos; 6) a política é uma atividade séria e sem inspiração que envolve uma conscientização das limitações e das imperfeições humanas (JACKSON; SORENSEN, 2007).

O princípio de autoajuda implica que nenhum Estado pode contar com outro para defender seus interesses e para sua sobrevivência. Cada Estado só pode contar de maneira integral e completa com suas próprias capacidades para se defender. Por meio do mecanismo da balança de poder estabelecem-se alianças militares que contemplam o interesse nacional, no entanto, se a sobrevivência for ameaçada, o interesse nacional pode levar ao rompimento das alianças (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 121).

A respeito das motivações para a cooperação internacional, Hans Morgenthau afirma que a ajuda externa é determinada pelo interesse do doador. Segundo Maciel (2009, p. 227), “a cooperação internacional serviria para os Estados manterem seu poder e crescimento, para conseguirem influência política, prestígio, vantagens geoestratégicas e intensificação do comércio a fim de garantir investimentos”.

2.5.3 Neorrealismo

O principal teórico neorrealista é Kenneth Waltz, autor de “Teoria da Política Internacional” de 1979. O foco principal da teoria é a estrutura do sistema, em especial a distribuição desigual de poder entre os Estados. O Neorrealismo busca explicar que a estrutura do sistema internacional afeta o comportamento dos Estados e os resultados que eles obtêm com suas políticas nacionais. Segundo Waltz, é a estrutura do sistema internacional que limita a cooperação entre os Estados, o que conseqüentemente resulta em um estado de insegurança e

desconfiança entre os países, o que pode gerar conflitos armados (JACKSON; SORENSEN, 2007).

O neorealismo é uma tentativa de explicar as relações internacionais em termos científicos por meio da referência às capacidades desiguais dos Estados e à estrutura anárquica do sistema estatal, além de focar as grandes potências, cujas relações determinam os “resultados” mais importantes da política internacional. Waltz acredita que os sistemas bipolares são mais estáveis e oferecem mais garantia de paz e segurança do que os multipolares (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 148).

Para Waltz, é preciso focar principalmente no sistema internacional e na anarquia do mesmo, juntamente com outros fatores como o poder estratégico e bélico das nações e a balança de poder para o equilíbrio do sistema internacional. O Neorealismo tem como principal variável a sobrevivência, e o Sistema Internacional é definido como um conjunto de unidades em interação criando uma estrutura (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

3 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E AS DINÂMICAS GEOPOLÍTICAS ENVOLVENDO A PENÍNSULA COREANA

Para uma melhor compreensão da situação da Península Coreana é essencial fazer uma pequena análise dos demais países diretamente envolvidos no contexto, para isso foram escolhidos a China e os EUA, pois são os países que têm maior influência nas decisões da Coreia do Norte e da Coreia do Sul, tendo um enfoque especial nas relações entre esses países e a Coreia do Norte, pois são as ações deste país no âmbito internacional que são responsáveis pela instabilidade na região. A partir desta análise podemos chegar a algumas conclusões que nos encaminharão até a resposta do problema de pesquisa proposto nesse trabalho, pois através de um breve estudo das relações internacionais na península podemos constatar os principais fatores que contribuem para a permanência das tensões entre os dois países.

3.1 A China

Visando contemplar o segundo objetivo proposto no início deste trabalho, é aqui desenvolvido um breve resumo da importância da República Popular da China na questão da Península Coreana. Como já comentado anteriormente, a relação entre China e Coreia é de longa data, desde 618, quando a Coreia foi unificada sob um único reino, já havia uma relação de vassalagem entre os dois países. A China sempre foi de grande influência na península e um exemplo disso está no alfabeto chinês que foi adotado pela Coreia até 1443, quando foi substituído pelo sistema de escrita coreano, o *hangul*, e no confucionismo que está presente até hoje na vida dos coreanos.

A relação entre esses dois países se mostrou mais cooperativa quando, a partir de 1910, a península coreana passou a ser uma colônia japonesa. Os coreanos, muito insatisfeitos com a situação, contaram com a ajuda dos guerrilheiros chineses da região da Manchúria em suas tentativas de independência, decorrente das guerrilhas anti-japonesas. Houve uma relação mais estreita com o norte da península, o que viria a moldar os vínculos posteriores entre China e Coreia do Norte (MELCHIONNA, 2014).

Em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, as forças japonesas se retiraram da península, para logo após entrarem no norte as forças soviéticas, e ao sul as forças norte-americanas. Porém, não é com a URSS que o comunismo adentra o norte da península e sim com a influência do governo comunista chinês, pois foi em seu território que os primeiros comunistas norte-coreanos organizaram-se (MELCHIONNA, 2014).

A importância chinesa se torna ainda mais evidente com a Guerra da Coreia em 1950, quando o país foi responsável por expulsar as tropas norte-americanas do norte e impedir que a Coreia do Norte fosse totalmente subjugada pela Coreia do Sul, e posteriormente, com o fim da guerra, foi de grande ajuda na consolidação do regime norte-coreano.

O grande interesse em ajudar a Coreia do Norte a preservar seu regime se deve ao fato de o país servir como uma espécie de “tampão” para a China, entre a fronteira chinesa pela Manchúria e a presença militar norte-americana na Coreia do Sul. A região da Manchúria serviu de entrada para o exército japonês durante a expansão imperialista do país, portanto conservar a Coreia do Norte como uma aliada socialista faz parte da estratégia chinesa para manter essa região segura contra invasões futuras e principalmente manter afastadas as forças militares norte-americanas.

Hans Morgenthau (1948, *apud* JACKSON; SORENSEN, 2007) afirma que a cooperação entre Estados se dá de acordo com os interesses do doador. Toda ajuda que a Coreia do Norte recebe da China serve aos interesses chineses que visam à segurança estatal, o crescimento econômico, vantagens geoestratégicas na região e a intensificação do comércio entre esses países. A China também se utiliza dessa situação de parceria com a Coreia do Norte de maneira a se manter ainda mais relevante na região, de forma a legitimar-se como uma potência regional.

Nos anos seguintes ao fim da Guerra da Coreia, a China continuou como importante aliada da Coreia do Norte, ajudando principalmente no âmbito militar, fornecendo proteção contra a Coreia do Sul e os EUA, e no âmbito econômico, fornecendo subsídios e firmando acordos comerciais entre os dois países (MELCHIONNA, 2014).

Segundo o Realismo, a segurança nacional é o principal objetivo dos Estados, e para isso é essencial a garantia da soberania e a influência do Estado no sistema

internacional. O modo que a Coreia do Norte encontrou para garantir a sobrevivência do seu regime soberano, após anos de invasões de outras nações em seu território, e de se tornar relevante no leste asiático, foi desenvolver um programa nuclear e fazer um investimento pesado nas forças armadas do país, além de se manter o mais isolado possível dos demais países, à exceção da China e da URSS.

O programa nuclear norte-coreano foi iniciado nos anos de 1960 com a ajuda da URSS, e desde então tem sido utilizado como forma de barganhar por ajuda dos demais países, como método de manter o atual regime do país e como uma maneira de se manter relevante na agenda internacional dos EUA e da China.

Após o primeiro teste nuclear da Coreia do Norte, sua relação com a China acabou por ficar um pouco mais frágil, em função de existir um país com capacidade nuclear na fronteira chinesa fazendo com que a segurança do país diminuísse, o que era ainda mais preocupante considerando-se a fragilidade do regime norte-coreano. Outro ponto que também faz parte das preocupações chinesas é a possível nuclearização de outros países da região como Taiwan, Coreia do Sul e Japão (RATO; LIMA, 2008).

Apesar de que os dois países tenham assinado o Tratado Sino-Norte-Coreano de Cooperação, Amizade e Ajuda Mútua em 1961, a China muitas vezes condenou os testes nucleares norte coreanos, principalmente pelo fato de que os testes servem de justificativa para uma maior presença de forças militares norte-americanas na Coreia do Sul e no Japão, o que não condiz com os interesses chineses na região (BRITES, 2015).

Mesmo a ajuda da China sendo essencial à sobrevivência do regime norte-coreano, ela exclusivamente não é suficiente para manter a segurança do país, por isso o país mantém seu programa nuclear e um grande e bem equipado exército, para garantir a segurança do território e da população. O conceito de autoajuda é uma premissa básica tanto no *Zuche* quanto no Realismo, e de acordo com esse conceito nenhum país pode contar totalmente com a ajuda de outro para sua segurança e para atender seus interesses no sistema internacional, o que torna o programa nuclear ainda mais importante para a Coreia do Norte.

Sendo a China o país que mais exerce influência na Coreia do Norte e sendo o único capaz de encorajar o país a buscar alternativas pacíficas para resolver suas crises externas, recai quase que totalmente sobre o governo chinês a

responsabilidade de aplicar as sanções determinadas pelo Conselho de Segurança da ONU. Porém, muito se questiona o fato de a China não aplicar essas sanções de forma mais incisiva ao país, e um dos motivos é que a China tem grande interesse em manter o regime comunista norte-coreano, pois teme que uma unificação da península sob o regime capitalista da Coreia do Sul deixará o Estado chinês exposto a forças norte-americanas em sua fronteira na região da Manchúria (RAMALHO, 2013).

Em uma iniciativa diplomática chinesa, em 27 de agosto de 2003 iniciou-se uma série de rodadas de negociações que ficou conhecida como *Six Party Talks*, e que contava com a participação de Estados Unidos, China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Japão e Rússia. As três primeiras rodadas não tiveram muita eficácia, porém a quarta rodada em 2005 resultou em uma Declaração Conjunta de Princípios, onde a Coreia do Norte concordou em voltar ao TPN e os EUA declararam que não tinham intenções de atacar os norte-coreanos (LIMA; ZONARI, 2015).

As negociações estavam se encaminhando para um resultado positivo até que não muito tempo depois da Declaração os EUA congelaram uma conta norte-coreana em um banco em Macau para fazer uma investigação sobre lavagem de dinheiro, fazendo com que a Coreia do Norte declarasse que enquanto a situação não fosse resolvida o país não iria cumprir sua parte na Declaração. E, por conseguinte as relações entre esses países se deterioraram totalmente em 2006 quando a Coreia do Norte realizou seu primeiro teste nuclear (LIMA; ZONARI, 2015).

A situação foi piorando com o passar dos anos. Em 2009, a Coreia do Norte realizou seu segundo teste nuclear, após os EUA terem demorado em retirar o nome do país da lista de países terroristas. Em 2012, após a morte de Kim Jong Il, o governo norte-coreano concordou mais uma vez em encerrar seu projeto de enriquecimento de urânio e parar com seus testes nucleares em troca de ajuda alimentar uma vez que o país estava passando por uma situação econômica grave, porém os EUA se recusaram a enviar ajuda quando no mesmo ano a Coreia do Norte fez uma tentativa de lançar um satélite em órbita, e em 2013 fez seu terceiro teste nuclear e anunciou ter posse de uma bomba atômica (LIMA; ZONARI, 2015).

Assim pode-se concluir que a *Six Party Talks* e as tentativas de parar o programa nuclear da Coreia do Norte através de sanções econômicas foram totalmente falhas.

O grande interesse da China no contexto atual é a estabilização da Península Coreana, a permanência do *status quo* do regime norte coreano, a continuidade de sua influência no país e também diminuir a influência dos EUA na região, apresentando à Coreia do Sul as vantagens no aprofundamento das relações econômico-comerciais entre as Coreias. O governo chinês teme que o colapso da Coreia do Norte possa trazer um grande fluxo de refugiados ao país, a instabilidade fronteiriça e uma catástrofe humanitária (VIZENTINI; PEREIRA, 2014).

Devido ao grande isolamento da Coreia do Norte, as ajudas vindas da China são de extrema importância para o país. O principal auxílio que o país recebe são os de origem econômica, com um grande número de subsídios, com o comércio bilateral e diversos investimentos, e também em termos militares, para evitar intervenções e sanções militares no país. Além disso, a China pressiona a Coreia do Norte pela realização de reformas econômicas de modernização e abertura ao investimento externo, uma vez que a China seria o principal beneficiado dessa abertura, pois poderia aumentar seus investimentos no país, aumentar o volume comercial entre os dois países, utilizar-se da mão de obra norte-coreana de baixíssimo custo e alavancar um novo ciclo de crescimento econômico (VIZENTINI; MELCHIONNA, 2012).

A China é o principal canal no qual chegam as provisões de alimentos e de combustíveis na Coreia do Norte. Apesar de toda essa ajuda e apoio, com o passar dos anos vem se notando um aumento da presença militar chinesa na fronteira entre esses dois países, o que reforça a noção de que a estabilidade da península é um dos principais objetivos da China (MARTINS *et al.*, 2014).

Com a Coreia do Norte optando por chamar a atenção internacional através de testes bélicos, na intenção de manter seu regime autoritário, a importância da China aumentou de maneira exponencial, pois como principal aliado da Coreia do Norte é o único país capaz de negociar e resolver a crise dos testes nucleares. A China argumenta que uma postura mais incisiva dos EUA pode levar a um maior isolamento do país e conseqüentemente á um aumento dos testes de mísseis (MACHADO NETO, 2016).

Desde a fundação da Coreia do Norte em 1948, a China tem servido de modelo econômico e político para o governo norte-coreano. Como já constatado, a China exerce grande influência na Coreia do Norte, por isso sempre que há

mudanças no posicionamento chinês o país busca adaptar suas ações políticas a fim de se ajustar aos interesses chineses, mas sem deixar de exercer sua autonomia (MELCHIONNA, 2014).

Em relação à Coreia do Sul, a China mantém boas relações comerciais com o país, portanto serve como uma boa mediadora entre Coreia do Sul e Coreia do Norte, uma vez que busca manter uma relação pacífica entre esses dois países.

Como visto anteriormente, a China tem um papel muito importante na questão da Península Coreana, sendo o maior parceiro da Coreia do Norte e mantendo boas relações, principalmente no âmbito econômico, com a Coreia do Sul. O país possui a capacidade de ser um interlocutor entre os dois países, de forma a ajudar na estabilização da região e de amenizar as tensões existentes entre eles. A China é também o país mais interessado na estabilidade na região, pois a permanência do *status quo* da Coreia do Norte como um parceiro comunista e a Coreia do Sul como um parceiro comercial traz muitas vantagens à China, especialmente econômicas e securitárias.

Apesar de ser do interesse da China a permanência da Coreia do Norte como um aliado comunista, o desenvolvimento do programa nuclear desagradou muito o país, principalmente devido à insegurança de se ter um país com capacidades nucleares diretamente em sua fronteira, por isso o principal objetivo da China na região é manter a estabilidade e fazer com que a Coreia do Norte encerre seu programa nuclear, mas com garantias da continuidade do regime comunista no país (BRITES, 2014).

A atual situação de instabilidade na região é um grande obstáculo aos objetivos geoestratégicos chineses. As crescentes ameaças e testes realizados pela Coreia do Norte servem de justificativa para a manutenção da presença militar norte-americana na região e para reforçar a ideia da necessidade de instalar rapidamente o THAAD, o que segundo o governo chinês limitaria suas capacidades defensivas (BRITES, 2016).

Dessa maneira vemos que a China se encontra em uma posição complexa uma vez que precisa pressionar a Coreia do Norte em direção à desnuclearização ao mesmo tempo em que precisa manter o regime autônomo do país, desde o teste nuclear efetuado em 2006 pela Coreia do Norte, a China vem adotando uma postura mais dura em relação ao país, pressionando-o a voltar a negociar o encerramento

do programa e cessar os testes que vem realizando ao longo dos anos e mais intensamente depois que Kim Jong Un tomou o poder em 2011. Porém, também podemos perceber que como principal aliado da Coreia do Norte, a China é responsável por evitar sanções mais rigorosas ao país e por manter a continuidade do atual regime. Da mesma maneira que o programa nuclear norte coreano apresenta uma situação de insegurança para a China, o colapso do regime também traria uma série de implicações para a segurança da fronteira chinesa, uma vez que uma Coreia unificada sob o regime capitalista possibilitaria a presença norte-americana diretamente em sua fronteira (MELCHIONNA, 2011).

Na visão do governo chinês, a presença militar norte-americana aumenta a instabilidade na região, uma vez que a Coreia do Norte busca fazer demonstrações de seu poder bélico frente ao inimigo. A China também defende que uma intervenção militar na região não é uma opção e que a resolução da crise deve ser buscada por vias pacíficas (MACHADO NETO, 2016).

Nesse sentido, a China busca a estabilização da Península Coreana, pressionando a Coreia do Norte a cessar os testes militares e as ameaças ao mesmo tempo em que pressiona Coreia do Sul e EUA a cessarem os testes militares conjuntos e a cancelarem a instalação do THAAD na Coreia do Sul, para que assim possam voltar às negociações pacíficas em prol da resolução da crise na península (PEREIRA; GEIGER, 2017).

3.2 Os Estados Unidos da América

Dando seguimento ao segundo objetivo do presente trabalho, é aqui desenvolvida uma pequena contextualização da influência e da importância dos EUA na situação da Península Coreana. Durante a Guerra da Coreia, os EUA foram os principais aliados da Coreia do Sul e foram os responsáveis por evitar a total anexação do país pela Coreia do Norte, e no pós-guerra o país se tornou o principal parceiro sul-coreano, auxiliando nas questões econômicas e garantindo proteção contra possíveis novos ataques. Apesar de conseguir manter o território sul-coreano livre das forças socialistas e de garantir a sobrevivência do país como um Estado soberano, a Guerra da Coreia foi considerada o maior fracasso da diplomacia norte-americana, pois o intuito do país era unificar a península sob o manto capitalista.

Os EUA mantêm um contingente militar na Coreia do Sul e no Japão, seus principais aliados no Leste Asiático, desde o pós-guerra, porém mesmo com a Coreia do Norte tendo iniciado seu programa nuclear nos anos 1960, os EUA mantinham o país como um problema secundário, pois tinham como foco principal os conflitos no Oriente Médio. Porém, não ignoravam totalmente o país socialista, pois além de ser uma ameaça aos aliados norte-americanos, também servia como justificativa para a permanência das tropas norte americanas no continente e perto da China, o que atendia aos interesses dos EUA na região (FERNANDES, 2013).

Ainda que tentando alcançar uma solução para a questão nuclear norte-coreana com as *Six Party Talks*, com sanções econômicas, e contando com o apoio da ONU, os EUA só começaram a colocar essa questão em primeiro plano na agenda securitária do país após o 11 de setembro de 2001, o que se intensificou em 2003 quando a Coreia anuncia sua retirada do TPN e anuncia possuir armamentos nucleares. Com a Guerra ao Terror¹⁸, o país passa a considerar a Coreia do Norte como parte do Eixo do Mal e passa a ter um enfoque maior na desnuclearização da península. Para a Coreia do Norte, essa Guerra ao Terror foi vista como uma ameaça a sua sobrevivência e por isso o país passou a investir mais fortemente em mecanismos de proteção contra os EUA.

De acordo com Thomas Hobbes (1651, *apud* JACKSON; SORENSEN, 2007), apesar de os Estados serem capazes de celebrarem acordos entre si para formalizar suas relações, o Direito Internacional e os acordos internacionais só serão respeitados se estiverem de acordo com os interesses estatais. A partir do momento que um país sentir que sua soberania esteja sendo prejudicada, o Estado passará a ignorar as leis internacionais e poderá encerrar acordos e tratados, o que explica a saída da Coreia do Norte do TPN, já que tem seu arsenal nuclear como principal fator de garantia da soberania do país.

A partir do momento em que os EUA perceberam que a Coreia do Norte não estava disposta a abandonar seu programa nuclear e nem a ceder às exigências norte-americanas, o país viu ameaçada a sua potência hegemônica no sistema internacional, em especial com ascensão econômica da China, que vem cada vez tendo uma presença mais incisiva na esfera internacional e dessa maneira

¹⁸ Guerra ao Terror é uma campanha militar desencadeada pelos Estados Unidos, em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001, constitui uma estratégia global de combate ao terrorismo.

fortalecendo suas relações com os países asiáticos devido à atração que exerce sobre eles (MELCHIONNA, 2011).

A ameaça nuclear norte-coreana também preocupa os EUA em função da possibilidade de perderem o controle e autoridade sobre a ordem nuclear e conseqüentemente desencadear uma proliferação nuclear na região, pois os países que estão geograficamente perto da Coreia do Norte podem se sentir tentados a iniciar um programa nuclear de maneira a ficarem no mesmo nível norte-coreano, ficando assim menos expostos às ameaças nucleares do país, o que constitui uma ameaça à superioridade internacional dos EUA (PEREIRA; GEIGER, 2017).

O fato de a diplomacia nuclear empregada pela Coreia do Norte estar deixando a situação da Península Coreana cada vez mais desestabilizada desagrade muito a China, que está empregando um discurso cada vez mais repreensivo contra o país, pois o aumento da ameaça norte-coreana faz com que os EUA tenham um motivo para deslocar mais de suas forças militares para cumprir as suas obrigações perante os seus aliados, o que gera uma tensão ainda maior na região (LIMA; ZONARI, 2015).

Os objetivos primordiais dos Estados são o poder e a segurança, tanto no âmbito militar quanto no econômico. Nesse sentido, a Coreia do Norte utiliza-se de seu programa nuclear como forma de garantir vantagens no caso de ofensivas norte-americanas e sul-coreanas, e também como uma maneira de receber ajuda dos demais países que temem um aumento das tensões e possíveis ataques nucleares (PESSOA, 2013).

O fato de os EUA ainda não terem iniciado uma ofensiva militar contra a Coreia do Norte se deve a vários fatores, dentre eles estão os baixos ganhos em relação às perdas que um confronto armado traria. Mesmo sabendo que a Coreia do Norte não teria condições de manter o conflito por muito tempo, ainda assim um conflito de curta duração traria perdas humanas imensas – assim como na Guerra da Coreia – dado à proximidade de Seul à fronteira entre os dois países. Outro fator a ser destacado é que um conflito necessariamente envolveria as potências regionais como China, Rússia e Japão. A Coreia do Norte também não desperta especial interesse nos EUA pelo fato de não possuir petróleo, portanto os riscos seriam muito altos em contrapartida aos ganhos que o país poderia obter (PEREIRA; GEIGER, 2017).

Sabendo-se que o programa nuclear norte-coreano serve somente como mecanismo de barganha internacional e um modo de manter o atual regime, pois as perdas para a Coreia do Norte em caso de o país tomar a iniciativa em um confronto armado também seriam enormes, incluindo a possibilidade da queda de Kim Jong Un e do regime socialista, a maior preocupação dos EUA são que o país socialista inicie um movimento de proliferação nuclear, em especial vendendo armamento nuclear para grupos terroristas do Oriente Médio (MELCHIONNA, 2011).

De acordo com o Realismo, os Estados estão sempre buscando aumentar seu poder, de maneira a serem influenciados por outros o mínimo possível, para isso utilizam-se de seu poder econômico, político e especialmente de seu poder militar. Entre os principais objetivos dos Estados estão sua sobrevivência, sua soberania, a segurança de seu território e de sua população, conservação e manutenção de seu poder perante os demais Estados; e, para atingir esses objetivos os governantes devem, através de políticas, buscar vantagens e formas de defender os interesses estatais no sistema internacional. Com essas premissas podemos entender as ações de Kim Jong Un e de seus antecessores, pois as decisões e ações tomadas por eles desde a fundação da Coreia do Norte foram em função disso, o que, apesar de todas controvérsias, tem dado certo, visto a permanência do *status quo* do regime e da soberania do país até a atualidade.

A crise na península coreana propicia alguns benefícios para os EUA, pois possibilita ao país fortalecer seus vínculos com os aliados da região, Coreia do Sul e Japão, e serve também como uma forte justificativa para uma maior presença militar na região. Em relação à Coreia do Norte, os EUA afirmam que não irão negociar enquanto o país não demonstrar interesse em abdicar de seu programa nuclear, adotando assim uma posição mais dura e pouco flexível em relação ao país, que como reação acaba por se tornar mais hostil e a realizar mais testes de forma a demonstrar seu poder bélico, sua capacidade de dissuasão e de que não está disposto a desistir de seu programa sem uma negociação favorável que possa garantir a continuidade do regime e segurança do país contra futuras invasões (BRITES, 2014).

3.3 As relações entre Coreia do Norte e Coreia do Sul

Visando contemplar o terceiro objetivo deste trabalho é feito aqui um breve histórico das relações entre Coreia do Norte e Coreia do Sul, para que se possa identificar um padrão nessas relações ao longo dos anos e quais são as principais influências que podem transformar rapidamente anos de boas relações em momentos de tensão na Península Coreana.

Após a Guerra da Coreia, ambos os países se encontravam regidos por regimes autoritários, esses regimes possuíam intensa rivalidade, cada um buscando conseguir legitimidade e demonstrar a superioridade do socialismo no norte e do capitalismo no sul. Devido a isso, os anos posteriores à guerra foram marcados por hostilidades entre os países (SILVA, 2015).

Essa rivalidade e hostilidades permaneceram até 1972, quando houve uma mudança significativa da geopolítica da região, com a aproximação diplomática dos EUA com a China. Essa aliança sino-americana resultou em um maior isolamento da Coreia do Norte, que ficou muito insatisfeita com a situação. Para diminuir um pouco o isolamento, Kim Il Sung buscou estabelecer melhores diálogos com seus vizinhos, em especial com a Coreia do Sul, iniciando assim no mesmo ano um processo de reaproximação entre os dois países, o que resultou em um projeto futuro de reunificação, e a partir disso os dois países emitiram o Comunicado Conjunto Norte-Sul, em que afirmavam ter um compromisso de cooperação entre os países (BRITES, 2015).

Porém, os diálogos entre os dois países foram enfraquecendo ao longo dos anos 1970 e início dos anos 1980. As dificuldades econômicas e políticas que a URSS – principal parceira da Coreia do Norte naquele momento – enfrentava na época e o processo de abertura da economia chinesa acabaram por isolar a Coreia do Norte ainda mais. A partir dessa situação o país passou por graves problemas econômicos, principalmente por um grande déficit energético. A Coreia do Sul também passava por problemas internos nesse mesmo período, com o assassinato do presidente Park Chung Hee e com um golpe de Estado que levou Chun Doo Hwan ao poder, as políticas agressivas adotadas pelo ex-presidente foram agravadas, porém o novo presidente implementou uma série de políticas que visavam a retomada do crescimento econômico do país. Apesar de as políticas

terem dado bons resultados, com o *boom* econômico do país, a população ainda se encontrava muito insatisfeita com o governo repressor, e com um grande número de protestos iniciou-se um processo de redemocratização no país e com isso Roh Tae Woo se elege em 1988 (BRITES, 2014).

O grande crescimento econômico sul-coreano e as dificuldades econômicas que a Coreia do Norte passava aumentaram o distanciamento entre os dois países, assim Roh Tae Woo adotou uma política de engajamento para a Coreia do Norte, visando diminuir as hostilidades entre os dois países, essa política ficou conhecida como a *Nordpolitik*. Em 1989, ambos países iniciaram conferências para a paz em conjunto com os EUA e a China, como resultado houve uma diminuição de sanções econômicas por parte dos EUA, porém as negociações não tiveram grandes contribuições para a resolução das hostilidades na península (MELCHIONNA, 2011).

A crise econômica que a Coreia do Norte vinha sofrendo desde a década de 1980 se aprofundou ainda mais nos anos de 1990, principalmente com o colapso da URSS em 1991 e com o que ficou conhecida como a *Árdua Marcha*¹⁹, quando o país sofreu com duas grandes inundações e com uma grande seca, o que causou uma escassez de alimentos no país. Nesse período, a sobrevivência da população dependeu de ajuda humanitária internacional, principalmente da Coreia do Sul (MARTINEZ; MARTINS, 2016).

Essa situação resultou em uma maior aproximação entre os dois países. O governo norte-coreano se empenhou em melhorar as relações com Coreia do Sul e EUA, com isso em 1991 foi firmado o Acordo para Reconciliação, Não Agressão, Cooperação e Intercâmbio entre Norte e Sul, esse acordo ocasionou a entrada das duas Coreias na ONU simultaneamente e também a Declaração pela Desnuclearização da Península, em 1992, e neste mesmo ano China e Coreia do Sul iniciaram relações diplomáticas (SILVA, 2015).

Com a declaração de desnuclearização, os dois países se comprometiam a não possuir armas nucleares, a não manter bases de reprocessamento de plutônio ou de enriquecimento de urânio, e a negociar o estabelecimento de um sistema de inspeção nuclear mútua entre as partes, e para isso contaram com a cooperação dos EUA que retirou as ogivas nucleares norte-americanas da Coreia do Sul naquele mesmo ano (PEREIRA; GEIGER, 2017).

¹⁹ Também conhecida como *Marcha Penosa*, nesse período cerca de 2% da população morreram de inanição e doenças advindas da escassez de alimentos.

A Coreia do Norte precisava se adaptar à nova dinâmica política da região causada pela desintegração da URSS e também precisava captar investimentos e formas de amenizar a crise econômica do país. Com isso, o país passou a buscar a melhora das relações com a Coreia do Sul, e teve bastante facilidade nessa aproximação, pois o então presidente sul-coreano Kim Dae Jung buscava uma reconciliação e cooperação com o regime norte-coreano. A Coreia do Norte também buscou nesse período melhorar suas relações com a China e o Japão, com o objetivo de normalizar suas relações com o EUA (BRITES, 2015).

Segundo Maquiavel (1532, *apud* JACKSON; SORENSEN, 2007), a principal responsabilidade de um governante é sempre buscar defender os interesses nacionais, buscando vantagens que possam garantir a segurança de seu país. Assim, Kim Jong Il percebeu que a melhor maneira com que ele poderia obter vantagens para a sobrevivência da Coreia do Norte seria buscando a cooperação com os países vizinhos.

Nesse período a China, que tinha interesse na estabilização da Península Coreana, influenciou a Coreia do Norte a promover reformas econômicas no país e também a melhorar as relações com os países da região e com os EUA, de modo a evitar o colapso do regime que estava passando por um momento de fragilidade com os efeitos da crise econômica (RAMALHO, 2013).

Em 1997, Kim Dae Jung lançou a *Sunshine Policy*, um programa de política externa que visava a reaproximação e a reunificação dos dois países no longo prazo. O presidente sul coreano tinha o objetivo de reconciliar-se com o país vizinho e por isso declarou seu apoio à Coreia do Norte em suas tentativas de melhorar as relações com EUA e Japão (SILVA, 2015).

A *Sunshine Policy* continha três princípios básicos: as provocações não armadas da Coreia do Norte seriam toleradas, Coreia do Sul não tentaria anexar a Coreia do Norte por outros meios que não o acordo entre os dois países e a Coreia do Sul buscaria a cooperação de qualquer maneira. Apesar do grande sucesso dessa política no campo econômico, ela não trouxe grandes resultados na reconciliação dos países, e isso deve principalmente a que as tentativas de aproximação sul-coreanas não foram correspondidas na mesma intensidade pelo governo norte-coreano (CAFÉ *et al.*, 2007).

A melhora das relações entre os dois países nos anos 1990 foi consequência, principalmente, dos esforços das duas gestões presidenciais sul-coreanas que buscaram se aproximar e se reconciliar com o vizinho socialista, o primeiro governo adotou, como visto, a *Nordpolitik* e o segundo a *Sunshine Policy*, sendo esta segunda mais centrada em promover a relação norte-sul no âmbito econômico patrocinando programas que fomentavam a cooperação, intercâmbio e desenvolvimento conjunto (RAMALHO, 2013).

Mesmo que o engajamento da Coreia do Norte não tenha sido tão intenso como o da Coreia do Sul, era fácil de notar que o governo norte-coreano tinha como objetivo chegar a um acordo de paz e continuar a receber ajuda internacional, porém nota-se que o país não estava totalmente interessado na reunificação da península.

O resultado mais proeminente das políticas de aproximação adotadas pelo governo sul coreano foi a Primeira Cúpula Intercoreana realizada em Pyongyang em junho de 2000, que tinha o objetivo de abrir o processo de reconciliação entre os dois países. A cúpula contou com a presença de Kim Jong Il e Kim Dae Jung, e reforçou a esperança de uma Coreia reunificada. Os principais resultados dessa cúpula foram no âmbito econômico, com a instalação de mais de duzentas empresas sul coreanas no norte. Elas forneciam equipamentos especializados em troca de mão de obra barata. A cúpula também resultou em uma redução das sanções econômicas impostas à Coreia do Norte por parte dos EUA, houve também um acordo entre os dois países para promover o reencontro de famílias que foram separadas em 1948 com a divisão da península (PEREIRA; GEIGER, 2017).

Dos resultados no âmbito econômico destacam-se a construção do complexo industrial *Kaesong*, próximo à fronteira desmilitarizada e também a região turística de *Kumgangsan*, projetada para receber turistas sul-coreanos, ambos em território norte-coreano e controlados pela Hyundai Asan²⁰. Nos anos seguintes, o complexo industrial se mostrou de grande ajuda na sobrevivência econômica do regime norte coreano (BRITES, 2014).

Porém, as boas relações entre os países não duraram muito tempo, pois em 2001 com a eleição do presidente Bush (filho) a política externa dos EUA em relação à Coreia do Norte passou a ser muito mais hostil em comparação às políticas que haviam sido adotadas até então. Essa nova política norte-americana fez com que

²⁰ Hyundai Asan atua na área de construção civil e é uma subsidiária do conglomerado sul coreano Hyundai.

diminuísse o engajamento sul-coreano e também o interesse de outros países da região que tentavam se aproximar da Coreia do Norte. Em decorrência desse novo panorama, a viabilidade de conclusão de acordos entre as Coreias e a possibilidade de uma solução pacífica do problema foram gradativamente diminuindo (SCOBELL, 2005).

A Coreia do Norte reagiu a essa nova política de forma hostil, e sua relação com a Coreia do Sul se deteriorou ainda mais em 2002, com a inclusão do país, por parte dos EUA, no “Eixo do Mal”. Neste mesmo ano houve um atrito entre navios pesqueiros dos dois países que resultou na morte de quatro marinheiros sul-coreanos, e também a permanência do fechamento da ferrovia que liga os dois países (CAFÉ *et al.*, 2007).

A tensão na região aumentou ainda mais em 2003, quando a Coreia do Norte se retirou do TPN, reativou seu reator *Yongpyong*, que havia sido fechado devido a um acordo com os EUA, e anunciou ter posse de uma bomba atômica. Ainda em 2003 iniciaram-se as rodadas de negociações das *Six Party Talks* que demonstravam que os países estavam interessados em normalizar a situação da península e acabar com a tensão existente, porém como mencionado anteriormente as rodadas de negociação foram um fracasso.

De acordo com o Realismo, os Estados buscam sempre aumentar seu poder para projetar-se no sistema internacional de forma a garantir sua sobrevivência e ser influenciado por outros Estados o menos possível, estando esse poder ligado principalmente ao poderio político-militar e econômico. E, sendo a Coreia do Norte um país que passa constantemente por problemas econômicos, em especial devido às várias sanções existentes contra o país, a solução encontrada pelo governo norte-coreano foi fazer grandes investimentos na questão militar de forma a manter uma vantagem em comparação aos países vizinhos e podendo assim projetar os interesses do país a nível internacional.

As tensões permaneceram nos anos subsequentes. A Coreia do Norte fez vários lançamentos de mísseis e em 2006 realizou um teste nuclear. Com a elevação das tensões houve a tentativa de reiniciar as negociações entre as Coreias e com isso em outubro de 2007 aconteceu a Segunda Cúpula Intercoreana onde foi estabelecida a criação de três Zonas Econômicas Exclusivas na Coreia do Norte (MELCHIONNA, 2011).

Em 2008, os países se distanciaram novamente com a eleição do presidente sul-coreano Lee Myung Bak, que foi eleito no contexto de crise econômica e que adotou uma política externa menos flexível em relação ao seu vizinho socialista, e tinha como foco não fazer concessões à Coreia do Norte enquanto ela continuasse com seus testes militares (SILVA, 2015).

Porém, a perda da popularidade de seu governo fez com que ele adotasse uma nova política em relação ao regime norte coreano, lançando assim o que ficou conhecido como os “Três Passos para a Reunificação” que contava com a desnuclearização da península, a criação de uma comunidade econômica e o estabelecimento de uma comunidade da nação-coreana. Para isso, foi anunciada a necessidade de se criar um imposto para a reunificação, o que foi um desincentivo à reunificação, e conseqüentemente essa política não trouxe resultados para a solução da questão coreana (DELLAGNEZZE, 2013).

Em 2009, a Coreia do Norte fez outro teste nuclear, e a política de barganha de ajuda internacional norte coreana em torno de seu programa nuclear aumentou exponencialmente as tensões na península. Em março de 2010 houve um incidente em que o regime norte-coreano afundou o navio sul coreano *Cheonan* causando a morte de 46 marinheiros sul-coreanos, e em novembro do mesmo ano houve um bombardeio por parte da Coreia do Norte à ilha sul-coreana *Yeonpyeong*, o que causou a morte de quatro pessoas, dois civis e dois militares. Como resposta, em dezembro a Coreia do Sul realizou exercícios militares próximo à fronteira dos dois países em conjunto com os EUA, o que a Coreia do Norte considerou provocativo, elevando assim a instabilidade na região. Com isso, os dois países ficaram muito próximos de iniciar um conflito armado (FERNANDES, 2013).

O Realismo justifica que as alianças militares são importantes para a manutenção do equilíbrio de poder entre nações, porém afirma também que essas alianças podem ser quebradas se a sobrevivência e os interesses de um Estado forem ameaçados. A Coreia do Sul mantém uma aliança militar com os EUA de forma a manter a balança de poder na península mais equilibrada, uma vez que seu poderio militar é bastante inferior ao da Coreia do Norte, tanto na quantidade de soldados quanto na quantidade de armamentos.

A partir de 2010 a relação entre os países foi ficando cada vez mais hostil. A ascensão ao poder de Kim Jong Un na Coreia do Norte em dezembro de 2011

contribuiu para o distanciamento, a diminuição dos diálogos e o aumento da instabilidade na região. Isso se deve ao fato de o novo ditador norte-coreano optar por aumentar o investimento no programa nuclear e nas forças armadas do país, já que em seus poucos anos de mandato o país realizou mais testes de mísseis do que em todo o mandato de Kim Il Sung e Kim Jong Il (MARTINEZ; MARTINS, 2016).

Com o passar dos anos a possibilidade de um acordo que possa solucionar o problema da península parece cada vez mais distante, pois a constante ameaça externa e as recorrentes crises militares não constituem um cenário favorável para avanços na aproximação e contribui para a redução da perspectiva de cooperação. A instabilidade na península causa um aumento de forças militares norte-americanas na região, o que também induz a um aumento das hostilidades. Na medida em que Coreia do Sul e EUA aumentam sua cooperação no sentido de segurança e fazem exercícios militares, mais violentas são as respostas da Coreia do Norte frente a essa situação (PEREIRA; GEIGER, 2017).

As duas Coreias buscam ampliar sua margem de manobra nas relações internacionais, para isso a Coreia do Norte se utiliza do *Zuche*, de seu programa nuclear e ameaças constantes aos seus vizinhos; já a Coreia do Sul conta com o auxílio dos EUA ao mesmo tempo em que procura perseguir um projeto nacional que aumente a autonomia do país (PAIVA; FERNANDES, 2012).

A política internacional, para o Realismo, é uma política de poder, sendo o objetivo, os meios e os usos do poder a preocupação central da atividade política. Tendo os Estados interesses muitas vezes divergentes, as condutas nacionais adotadas para a defesa desses interesses acabam levando aos caos e ao conflito entre nações, o que explica em parte as tensões existentes entre Coreia do Norte e Coreia do Sul.

A política adotada pela ex-presidente sul coreana Park Geun Hye (2013-2017) contribuiu para o distanciamento dos dois países, pois em sua política adotou uma prática de pouca tolerância com as provocações do norte, aumentando os laços do país com os EUA (PEREIRA; GEIGER, 2017).

No cenário interno sul-coreano existem duas correntes divergentes em relação à política externa que o país adota em relação ao país socialista: uma que defende o distanciamento da Coreia do Norte, apoiado por uma aliança estratégica com os EUA, e outra que defende a manutenção do diálogo com o país, a fim de

resolver as pendências entre ambos e aumentar a autonomia do país em relação aos EUA (MARTINEZ; MARTINS, 2016).

O novo presidente sul-coreano Moon Jae in (2017), ao contrário de sua antecessora e apesar do aumento contínuo das tensões na região, está buscando aplicar uma política externa mais branda em relação à Coreia do Norte, com o objetivo de trazer de volta a estabilidade para a região através da retomada dos diálogos entre os dois países.

Para uma melhor compreensão da atual situação da península coreana faz-se necessário entender as variáveis internas dos dois países, como os fatores estruturais, históricos e as decisões políticas adotadas pelos países desde a separação da península. No caso da Coreia do Norte é preciso entender a importância do programa nuclear tanto no âmbito interno do país, onde ele serve para legitimar o regime e para o fortalecimento de Kim Jong Un no poder, como no âmbito externo, onde o programa serve como um modo de projetar o país no sistema internacional e fazer com que ele fique no centro das estratégias que os outros países adotam na região. Para entender as ações do país também se faz necessário compreender o *Zuche*, a doutrina nacionalista que rege o país e na qual o regime se baseia (BRITES, 2016).

Com a morte de Kim Jong Il, a Coreia do Sul e outros países, como os EUA, passaram a considerar o fim do regime norte-coreano como eminente, e adicionado a isso a entrada de um governo linha dura na Coreia do Sul que considerava qualquer negociação com o vizinho como sendo desnecessária, a situação que passava por um período de estabilidade e de uma relação positiva entre os dois países foi aos poucos diminuindo e os países acabaram se distanciando. Porém, mesmo com a Coreia do Norte passando por diversas crises econômicas e energéticas, e com a ascensão de Kim Jong Un que era pouco conhecido tanto fora quanto dentro do país, o regime se manteve firme, o novo líder, para mostrar a sua força, realizou diversos testes de mísseis e reorganizou as lideranças no poder, e diferentemente do que se esperava o regime continuou firme e Kim Jong Un conseguiu ser bem aceito como novo líder norte-coreano (BRITES, 2013).

A Coreia do Norte ao longo dos anos sofreu com muitas crises econômicas, alimentícias e humanitárias, além de um grande *déficit* energético, que é um dos

principais problemas no país atualmente. Neste sentido, o regime norte-coreano enfrenta a necessidade de fazer uma reformulação da economia do país, e para alcançar uma alavancagem econômica seria necessária a melhoria das relações com os demais países da região e um acordo com os EUA de modo a encerrar as diversas sanções vigentes contra o país. A China nesse sentido tem dado seu apoio e amplos incentivos ao país para a promoção de uma estabilidade na região e uma maior abertura comercial e para investimentos externos. Porém, a Coreia do Norte enfrenta um grande dilema em relação à reformulação econômica, pois uma maior abertura comercial resultaria no fortalecimento de elites econômicas no país, o que traria conseqüentemente um enfraquecimento da rígida estrutura do país e do regime. Portanto, Kim Jong Un, ao mesmo tempo em que tenta projetar o país no sistema internacional e fortalecer o regime, precisa cuidar da enfraquecida economia do país, de forma a evitar um agravamento da situação de crise interna em que o país se encontra (BRITES, 2014).

Neste sentido é de se esperar que no médio prazo, se mantenha o padrão distanciamento/atrito – aproximação/cooperação que caracteriza as relações entre Coreia do Norte e Coreia do Sul, uma vez que o governo norte-coreano continuará a fazer provocações, realizando testes militares de modo a conseguir lograr o máximo de benefícios possíveis no momento em que o país decidir voltar a negociar com os demais países por ajuda em troca do fim das tensões e o encerramento do programa nuclear (BRITES, 2016).

Após esta breve contextualização das relações da Coreia do Sul e Coreia do Norte pode-se observar que há um padrão nas relações dos países ao longo dos anos, caracterizadas por períodos de instabilidades e tensões e por períodos de cooperação e diálogos que favorecem a estabilidade da região. Também é possível notar que essas relações são influenciadas diretamente pelo tipo de postura adotada pelo governante sul-coreano atuante, pelos desdobramentos internacionais e por problemas internos de ambos os países. As atitudes tomadas pela Coreia do Norte em geral são resultados do ambiente externo, e de crises internas do país e do regime, que tenta se adaptar às modificações geopolíticas da região de forma a tirar benefícios e tornar a balança de poder na região mais equilibrada, utilizando-se, para este fim, do seu programa nuclear, realizando ameaças e fazendo testes de mísseis balísticos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo são retomados alguns dos principais pontos analisados durante o trabalho e alguns resultados desta pesquisa visando responder sistematicamente o problema de pesquisa proposto, o motivo da permanência das tensões entre Coreia do Norte e Coreia do Sul.

A Península Coreana ao longo de sua história foi alvo de diversas tentativas de dominação por outros Estados devido a sua posição geoestratégica. Entre os países da região destaca-se a China que possui uma relação histórica com a Coreia que foi por décadas seu Estado tributário, porém sem afetar a autonomia coreana. Com o Japão colonizando a Coreia em 1910, o papel da China torna-se mais importante, pois com a grande repulsa por parte dos coreanos frente aos colonizadores surgem os movimentos nacionalistas e as tentativas de libertação através de guerrilhas, que contavam com o apoio chinês, e foi a partir desses movimentos que surgiram os líderes da Coreia do Sul e da Coreia do Norte após a divisão da península em 1948.

A divisão ocasionou, em 1950, a Guerra da Coreia, que visou reunificar a península novamente, com o Norte tentando unificar o país sob o manto socialista e o sul sob o manto capitalista. A guerra terminou em 1953 e contribuiu fortemente para a permanência da separação da península devido aos seus resultados insatisfatórios, não atingindo seu propósito inicial e não resolvendo os problemas da região, resultando apenas em um armistício e não em um tratado de paz entre os dois países. A guerra serviu como um instrumento para o aumento do nacionalismo nos dois países e consolidou a ideia da necessidade de autonomia nacional que faz parte da política dos dois Estados até a atualidade.

No pós-guerra na Coreia do Norte estabeleceu o *Zuche*, um sistema ideológico que pregava principalmente a ideia de autonomia nacional e que contribuiu para um grande isolamento do país no sistema internacional. O país passou por inúmeras dificuldades nos anos seguintes à separação, e neste sentido o confucionismo teve grande influência na capacidade de resiliência da população norte-coreana. Visando essa autonomia nacional, o país buscou a melhor forma de garantir a permanência do regime socialista utilizando-se de seu programa nuclear

como forma de barganha perante os demais países, fazendo uso principalmente da política *brinkmanship* de modo a garantir a sobrevivência do Estado.

A Coreia do Sul concentrou todos os seus esforços no pós-guerra na segurança nacional, contando com a ajuda dos EUA para isso, e principalmente no desenvolvimento econômico do país. Para isso o país adotou diversas políticas macroeconômicas que lhe possibilitaram se tornar desenvolvido e com uma grande qualidade de vida. Assim como seu vizinho, a Coreia do Sul também busca uma política de autonomia nacional uma vez que ainda depende dos EUA para a garantia da segurança nacional frente à ameaça nuclear norte-coreana, ao mesmo tempo em que está buscando tornar-se uma potência regional assim como seus vizinhos (China, Rússia e Japão), adotando novas políticas desenvolvimentistas e celebrando acordos comerciais com a China, que atualmente é o principal parceiro econômico do país.

As relações internacionais na região são um tanto complexas uma vez que a China, um dos principais atores da região, mantém uma relação com as duas Coreias, com a Coreia do Sul uma importante relação econômica e com a Coreia do Norte como aliado que auxilia na permanência do *status quo* do país. Porém, o governo chinês busca alcançar esse objetivo sem a necessidade de a Coreia do Norte fazer uso do programa nuclear, devido a este país, por questões geográficas, servir aos interesses chineses no âmbito da segurança nacional. Os EUA, por sua vez, tiram vantagens da situação de instabilidade de forma a justificar sua presença na região, conter os avanços chineses e também se beneficiando economicamente com a venda de armamentos e dispositivos para segurança como o THAAD, para Coreia do Sul e Japão.

A partir do momento em que a Coreia do Norte passou a fazer uso do programa nuclear como uma ferramenta de barganha tiveram início alguns conflitos de interesses norte-coreanos com os interesses chineses. Mesmo a ajuda da China sendo fundamental para a sobrevivência do regime norte-coreano, com o crescimento do poder bélico da Coreia do Norte a situação de dependência em relação à China teve uma grande diminuição, já que o programa deu um impulso à autonomia do país. Essa autonomia, o perigo e a instabilidade que o programa traz a região vão de encontro com os interesses chineses, que consistem em um panorama de estabilidade na região e uma dependência da Coreia do Norte para

que a China possa usar o país em seus objetivos econômicos e estratégicos na região.

As hostilidades entre esses países têm a tendência de não evoluir a uma escala de violência maior e acabar em uma guerra total devido ao fato da Península Coreana ter sido um único país durante séculos e dos países dividirem uma identidade cultural comum. Apesar de essa identificação cultural ir perdendo força à medida que a divisão persiste, ainda é bastante relevante na compreensão das relações entre ambos os países e no desejo de unificação que ainda persiste entre a população norte e sul coreana.

Uma das principais razões para a contínua situação de instabilidade e de que nenhuma iniciativa mais direta e efetiva seja tomada pelos demais países em relação à Coreia do Norte advêm de dois motivos, o primeiro é a crença de que o regime norte-coreano irá colapsar no médio prazo, uma vez que as dificuldades enfrentadas pelo país estão tornando cada vez mais difícil a vida dos cidadãos norte-coreanos e também o fato de que o regime não está conseguindo lidar com essas dificuldades, o que poderá chegar a um limite máximo em que não haverá mais alternativas para o país além de abrir a sua economia de forma a garantir investimentos externos, sendo essa abertura comercial e diminuição do isolamento do país percebido como uma brecha para o colapso do regime, que se mantém através de propagandas de absoluta autonomia e sustento do país. Essa abertura daria espaço para a população, que vive em absoluto isolamento, revoltar-se e iniciar grandes protestos e mobilizações sociais contra o regime. E o segundo motivo vem da ideia de que a Coreia do Norte não irá efetivamente fazer uso de armamentos nucleares uma vez que o país não teria condições de se manter por muito tempo em um conflito com as forças norte-americanas, um conflito armado com os EUA e Coreia do Sul provavelmente resultaria no fim do regime norte coreano e a Coreia do Norte tem conhecimento disso, sendo assim cabe aos demais países apenas lidarem com essa situação até que o esperado colapso norte coreano ocorra.

Como já mencionado anteriormente um conflito armado direto entre Coreia do Norte e Coreia do Sul, além de necessariamente envolver outros países como EUA e China (não descartando a possibilidade de Japão e Rússia também se envolverem), seus ganhos seriam absolutamente menores que as perdas

resultantes dele. A partir disto, nota-se que os Estados diretamente envolvidos na situação não possuem o interesse em iniciar um conflito direto com a Coreia do Norte: a Coreia do Sul não se mostra disposta a arcar com o alto custo de uma reunificação do país, EUA logram mais com a instabilidade do que lograriam com uma Coreia unificada e pacífica, a China tem interesses na direção de manter a região estável e de garantir a permanência do regime na Coreia do Norte de forma a continuar a ter o país como um aliado, e a Coreia do Norte, assim como todo Estado soberano, tem o objetivo de sobreviver no sistema internacional de forma autônoma e manter o regime atual, utilizando-se para isso justamente do programa nuclear e causando instabilidade na região de forma a conseguir o máximo possível de ajuda internacional.

Assim conclui-se que a permanência dos conflitos entre Coreia do Norte e Coreia do Sul são resultados de diversos fatores, dentre eles a política externa e os interesses conflituosos destes dois países e dos demais Estados diretamente envolvidos na região, o pouco interesse na reunificação da península e a política adotada pela Coreia do Norte de utilizar seu programa nuclear como forma de barganha, que resulta na situação de instabilidade e conseqüentemente na impossibilidade de assinatura de um acordo de paz.

Assim, o mais provável é que se mantenha no médio prazo o padrão aproximação-atrito que vêm ocorrendo desde a separação da península, levando-se em conta a capacidade de resiliência do regime norte-coreano. Nesse sentido, permanecerão ocorrendo os conflitos de baixa e média intensidade, que não possuem força suficiente para gerar uma mudança significativa no padrão político na relação entre as duas Coreias (BRITES, 2011).

REFERÊNCIAS

- BRITES, Pedro Vinícius Pereira. A questão nuclear na Península Coreana: as reformas internas na Coreia do Norte e os desafios regionais. **Boletim de Conjuntura Nerint**, Porto Alegre, n. 1, p. 15-24, jul./set. 2016. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2016/07/Boletim-v1n1-questao-nuclear-coreia.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2017.
- _____. O governo de Kim Jong Un na República Democrática Popular da Coreia e os impactos sobre a política externa e de segurança da República Popular da China. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 5., 2015, Belo Horizonte. **Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa**. Belo Horizonte: ABRI, 2015. p. 20.
- _____. **A crise na Península Coreana e a segurança regional do leste asiático**. 2014. 167 f. Dissertação (Programa de pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- _____. A situação na Península Coreana e o novo equilíbrio regional. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, n. 4, p. 4-10, jun./jul. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/37194/25968>>. Acesso em 6 jan. 2017.
- _____. **A situação da península coreana: estrutura, panorama e cenários**. 2011. 69 f. Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CAFÉ, Eduardo Augusto *et al.* O complexo regional de segurança no leste asiático: a situação da península coreana. *In*: CALDEIRA, Amanda Horta *et al.* (Orgs.). **Pensando a Ásia nas Relações Internacionais: Ideias e perspectivas do passado e do presente**. Belo Horizonte; Brasília: PUC Minas, Departamento de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 91-124.
- CASTRO, Claudio de Moura. Por que não fazemos como a Coreia?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, n. 84, p. 829-852, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n84/a11v22n84.pdf>>. Acesso em 13 mai. 2017.
- CUMINGS, Bruce. **The Korean War: A History**. New York: Modern Library, 2010.
- DELLAGNEZZE, René. A Coreia do Norte e suas relações internacionais no mundo globalizado. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n. 3, p. 18-81, jun./dez. 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13336>. Acesso em 22 abr. 2017.
- FERNANDES, Ricardo Cabral. Coreia do Norte: uma ameaça real?. **Lusíada. Política Internacional e Segurança**, Lisboa, n. 9, p. 145-176, jul./dez. 2013.

Disponível em: <<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lpis/article/view/435/413>>. Acesso em 11 jun. 2017

GARCIA, Ana Saggioro. Hegemonia e Imperialismo: caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, n. 01, p. 155-177, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v32n1a05.pdf>>. Acesso em 7 mar. 2017.

GRESH, Alain (Org.). **Atlas da Globalização Le Monde Diplomatique**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2003.

GROSSI, Diego. A Revolução Coreana entre a questão nacional e o marxismo: o Zuche e a construção de um projeto patriótico na Coreia Socialista. **Boletim Historiar**, São Cristóvão, n. 12, p. 03-19, nov./dez. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/4676/5332>>. Acesso em 13 mai. 2017.

GORITO, Carlos Augusto Cardoso. **As relações Coreia do Sul-China: comércio e desenvolvimento no leste asiático**. 2010. 71 f. Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Estado e economia na Coreia do Sul – do Estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. **Revista de Economia Política**, São Paulo, n. 01, p. 45-62, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n1/v30n1a03.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2017.

HERZ, Mônica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 93-109, jun./set. 1997.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LEE, Chae Jin. **A Troubled Peace: U.S. Policy and the Two Koreas**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

LIMA, Martonio Mont'alverne Barreto; ZONARI, Mariana Luz. O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e o desafio imposto pelo seu direito de retirada: um estudo do problemático caso norte-coreano. **Revista Brasileira de Direito Empresarial**, Fortaleza, n. 1, p. 291-308, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://indexlaw.org/index.php/direitointernacional/article/view/856/851>>. Acesso em 9 set. 2017.

MACHADO NETO, José Ribeiro. Coreia do Norte: um interlúdio norte-americano na Ásia. **Meridiano 27**, Brasília, n. 2, p. 20-21, jul./out. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/1447/1081>>. Acesso em 6 mai. 2017.

MACIEL, Tadeu Morato. As teorias de relações internacionais pensando a

cooperação. **Ponto e vírgula**, São Paulo, n. 5, p. 215-229, jan./jun. 2009.

Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14087/10373>>.

Acesso em 6 mai. 2017.

MAGNO, Bruno; PITT, Rômulo B.; BRITES, Pedro V. P. **Stability in Northeast Asia: the case of the Korean Peninsula**. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia, 2011.

MALKASIAN, Carter. **The Korean War: 1950-53**. Oxford: Osprey Publishing, 2001.

MARTINEZ, David Morales; MARTINS, Cristian Pires Coelho. A consolidação da Coreia do Norte como potência nuclear através da liderança de Kim Jong Un.

Conjuntura Austral, Porto Alegre, n. 5, p. 51-74, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/60657/40841>>. Acesso em 23 mar. 2017.

MARTINS, José Miguel Quedi *et al.* Nova conjuntura da Ásia: da comunidade do Leste Asiático à competição estratégica. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, n. 5, p. 20-33, jun./ jul. 2014. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/47943/29998>>. Acesso em 4 jun. 2017.

MELCHIONNA, Helena Hoppen. **A política externa da República Democrática Popular da Coreia e o papel estratégico da China (1945-2011)**. 2014. 188 f. Dissertação (Programa de pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

_____. **A questão nuclear da Coreia do Norte sob as perspectivas da China e dos EUA**. 2011. 98 f. Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MENDE, Luciano. Coreia do Norte, aspectos gerais da Coreia do Norte. **Megatimes**, Brasília, 29 de nov. 2011a. Disponível em <

<http://www.megatimes.com.br/2011/11/coreia-do-norte-aspectos-geograficos-e.html>>. Acesso em: 15 de abr. 2017.

_____. Coreia do Sul, aspectos gerais da Coreia do Sul. **Megatimes**, Brasília, 27 de nov. 2011b. Disponível em <<http://www.megatimes.com.br/2011/11/coreia-do-sul-aspectos-geograficos-e.html>>. Acesso em: 15 de abr. 2017.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A política coreana na Ásia: aspectos políticos e militares. *In*: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (Org.). **Coreia: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p. 133-156.

_____. Os coreanos na história segundo Bruce Cumings. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 40, p. 193-200, jan./jun. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v40n1/v40n1a09.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2017.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. A Segurança Regional e o Desenvolvimento Nuclear na Coreia do Norte. *In*: MERA, Carolina (Org.). **Estudios Coreanos en América Latina**. Buenos Aires: Al Margen, 2004, p. 375-398.

PAIVA, Luciana Leal Resende; FERNANDES, Márcia de Paiva. Os desafios à política externa da Coreia do Sul: a solução pode estar no G20?. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, n. 5, p. 7-12, jun./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/4263/4410>>. Acesso em 5 ago. 2017.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; GEIGER, Luana. A Coreia do Norte e o dilema securitário do Leste Asiático. **Boletim de Conjuntura Nerint**, Porto Alegre, n. 5, p. 78-88, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2017/05/Pereira-Geiger-Coreia-do-Norte.pdf>>. Acesso em 8 jul. 2017.

PESSOA, Emmanuelle Andrade. **A perspectiva estratégico militar norte-americana para a Coreia do Norte**: a questão do armamento nuclear. 2013. 37 f. Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMALHO, Rafael Milliat. **A tradução da importância e da influência chinesas para o processo de reunificação pacífica da Península da Coreia**: uma abordagem histórica, econômica, política e cultural. 2013. 59 f. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Políticas) – Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RATO, Vasco; LIMA, Bernardo Pires de. A Nuclearização da Coreia do Norte: da sustentabilidade do regime à ameaça de proliferação. **Nação e Defesa**, Lisboa, n. 3, p. 179-198, set./dez. 2008.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In*: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006, p. 76-97.

RYAN, S. *et al.* **Complete Flags of the world**. New York: Dorling Kindersley (DK), 2005.

SCOBELL, Andrew. **North Korea's Strategic Intentions**. Carlisle: U.S. Army War College, 2005.

SCHWARTZ, Gilson. Notas sobre a experiência coreana de gestão do

conhecimento. *In*: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (Org.). **Coreia: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p. 133-156.

SENHORAS, Elói Martins; FERREIRA, Rita de Cássia de Oliveira. A Guerra da Coreia vista após sessenta anos de armistício (1953-2013). **Conjuntura Global**, Curitiba, n. 3, p. 133-139, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/34618/21446>>. Acesso em 11 fev. 2017.

SILVA, Athos Munhoz Moreira da. **A ascensão da China e os seus impactos para o Leste Asiático**. 2015. 185 f. Dissertação (Programa de pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Rodrigo Luiz Medeiros Da. Capitalismo, confucionismo e teoria weberiana: reflexões empíricas sobre o caso sul-coreano. **Tempo Social**, São Paulo, n. 1, p. 179-202, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v28n1/1809-4554-ts-28-01-00179.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2017.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; MELCHIONNA, Helena Hoppen. As reformas econômicas e a sucessão política na Coreia do Norte. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, n. 3, p. 4-14, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/25910/15314>>. Acesso em 11 fev. 2017.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A discreta transição da Coreia do Norte: diplomacia de risco e modernização sem reforma. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 57, p. 176-195, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00176.pdf>>. Acesso em 4 jun. 2017.